

Seminário “Debater a PEC 6/19 – Reforma da Previdência Social”.

EDUARDO FAGNANI

Professor do Instituto de Economia da Unicamp

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP

Deputados Federais Rogério Correia, Nelson Pellegrino e Paulo Ramos

Brasília, 16 de abril 2019

Objetivo

- Sinalizar os pontos inaceitáveis da “Reforma” da Previdência
- Apresentar subsídios para a ação parlamentar e sindical

Abordagem Preliminar

- Questões para as quais há uma única resposta.

Qual é o diagnóstico?

- Por que o Governo não faz debate técnico qualificado sobre os problemas?
- Qual o Diagnóstico?
- O problema reside no RGPS? No RPPS? Na Previdência dos Militares?
- Desde 1988 foram editadas 6 Emendas Constitucionais e dezenas de leis complementares. O que foi reformado? O que falta reformar?
- O problema está no RPPS? Quem entrou antes ou depois de 2013 (**Lei n. 12.618/ FUNPRESP**). Teremos aposentadorias acima do teto em 2050? O gasto com o servidor civil federal vai crescer até 2050?
- Onde está o problema? Estoque dos servidores federais? Previdência dos Militares? Previdência dos servidores estaduais?

O problema reside no RGPS?

O RGPS não possui idade mínima?

- O que diz o Artigo 47 do Decreto nº 22.872/**1933**?
- O que diz o Artigo 5º da Lei n. 3.807/**1960**?
- O que diz a Lei n. 5.890/**1973**.
- **O que diz o Artigo 201, parágrafo 7º da CF88?**

As aposentadorias por tempo de contribuição são precoces?

- Isso não foi reformado?
- O que diz a Lei 13.183/2015 ("Fator Progressivo" 100/90 a partir de 2016)

Por que o Governo não quer debater a questão demográfica?



Por que o Governo opta pelo Terrorismo Demográfico?

O que diz a experiência internacional?

Aumento na razão de dependência de idosos: **o financiamento depende unicamente da contribuição do trabalhador ativo?**

O Brasil não adotou desde 1930 o modelo tripartite (Empregador, Empregado e Governo)?

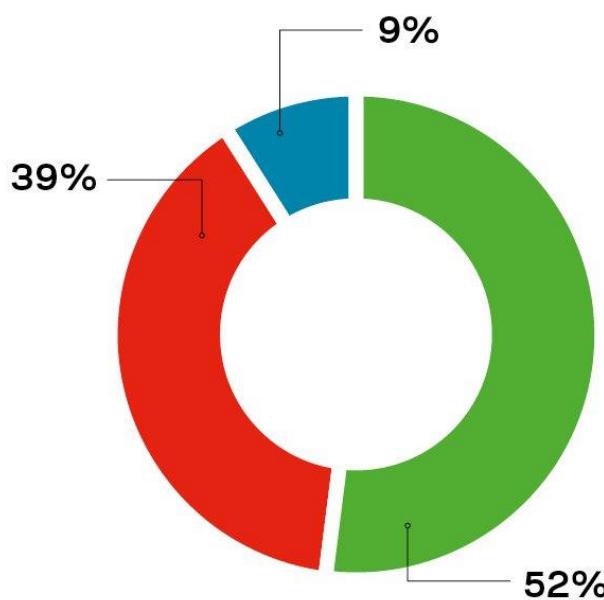
A CF-88 não aprimorou este mecanismo e não criou duas fontes para que o governo cumprisse a sua parte?

- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL):** Lei n. 7.689/1988)
- **Contribuição Social Para o Financiamento da Seguridade Social COFINS);** LC nº 70/ 1991
- O “apocalipse” demográfico previsto para 2060 já não ocorre hoje?

EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO, UMA MINORIA

(em % dos trabalhadores ocupados, setembro de 2018)

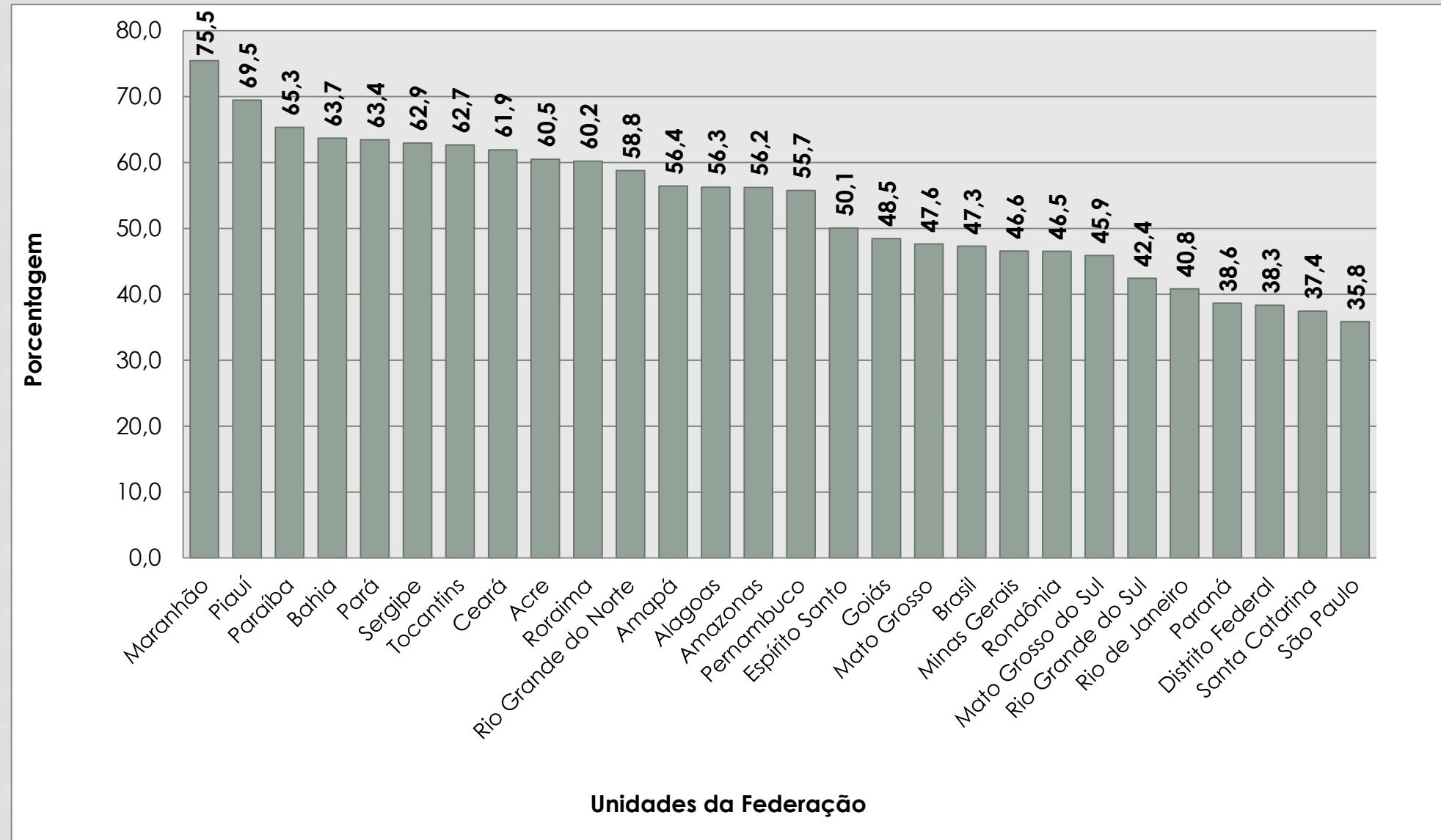
- Empregados com carteira
- Servidores públicos
- Sem proteção trabalhista



Fonte: PNAD Contínua

- A População em Idade Ativa (PIA) é composta por 170 milhões de brasileiros. **Deste total, cerca de 40 milhões são adultos que estão fora da força de trabalho (não trabalham, nem estudam).**
- A População Economicamente Ativa (PEA) contempla 105 milhões de trabalhadores, sendo que **13 milhões estão em situação de desemprego (aberto)** e outros 93 milhões estão ocupados, mas **cerca de 35 milhões trabalham sem carteira ou tem algum vínculo precário.**
- Portanto, aproximadamente, **90 milhões de brasileiros, já não contribuem com a Previdência, terão dificuldades de cumprirem as novas regras previdenciária e, provavelmente, não terão proteção na velhice.**
- **A alternativa para enfrentar a “bomba demográfica” não seria ter um projeto de crescimento que incorporasse esses excluídos?**

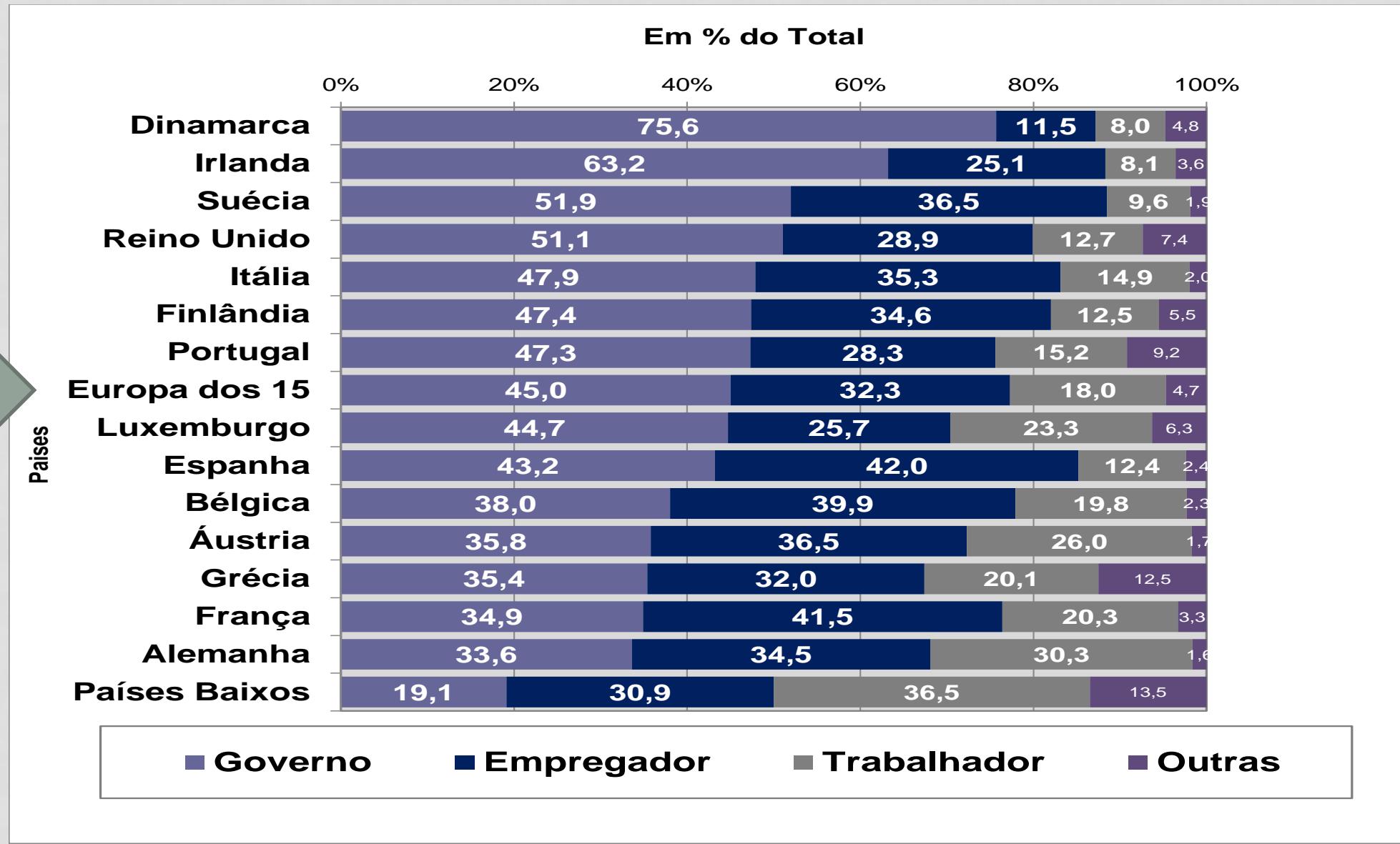
**GRAU DE INFORMALIDADE POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(EM PORCENTAGEM)**
BRASIL
2014



Por que o Governo não quer debater a questão demográfica?

- Quarta Revolução Industrial: é razoável pensar 2060 com cenário semelhante a 1960?
- O que nos ensina os países desenvolvidos?
- A solução não seria Reforma Tributária que promova a maior taxação da renda e do patrimônio e menor taxação da folha de salários e do consumo?
- Isso não ampliaria as “contribuições do governo” para o financiamento da Seguridade Social, como ocorre em nações desenvolvidas?

FONTES DE RECEITA DA PROTEÇÃO SOCIAL NA OCDE (EU-15)
(PARTICIPAÇÃO %) | 2012
 Fonte: Eurostat





PAÍSES	RENDA	PATRIMÔNIO	CONSUMO	OUTROS	TOTAL	CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)
Alemanha	31,2	2,9	27,8	38,1	100,0	37,1
Bélgica	35,7	7,8	23,8	32,7	100,0	44,8
Chile	36,4	4,4	54,1	5,1	100,0	20,5
Coreia do Sul	30,3	12,4	28,0	29,3	100,0	25,2
Dinamarca	63,1	4,1	31,6	1,2	100,0	45,9
Espanha	28,3	7,7	29,7	34,3	100,0	33,8
Estados Unidos	49,1	10,3	17,0	23,6	100,0	26,2
França	23,5	9,0	24,3	43,2	100,0	45,2
Holanda	27,7	3,8	29,6	38,9	100,0	37,4
Irlanda	43,0	6,4	32,6	18,0	100,0	23,1
Itália	31,8	6,5	27,3	34,4	100,0	43,3
Japão	31,2	8,2	21,0	39,6	100,0	30,7
Noruega	39,4	2,9	30,4	27,3	100,0	38,3
Portugal	30,2	3,7	38,4	27,7	100,0	34,6
Reino Unido	35,3	12,6	32,9	19,2	100,0	32,5
Suécia	35,9	2,4	28,1	33,6	100,0	43,3
Turquia	20,3	4,9	44,3	30,5	100,0	25,1
MÉDIA OCDE	34,1	5,5	32,4	28,0	100,0	34,0
BRASIL (1)	21,0	4,4	49,7	24,9	100,0	32,6

COMPOSIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA, POR TIPO DE IMPOSTOS EM % / OCDE E BRASIL/ 2015

(OLIVEIRA, 2018)

Fontes: OCDE: Revenue Statistics Comparative Tables. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. Carga Tributária de 2015. Nota: (1) inclui receita da CSLL

**EVOLUÇÃO
DAS ALÍQUOTAS
DO IMPOSTO
DE RENDA DA
PESSOA FÍSICA
EM %
PAÍSES
SELECIONADOS
2003-2015**

(OLIVEIRA, 2018) Fontes: OCDE:
Revenue Statistics Comparative
Tables. Ministério da Fazenda.
Secretaria da Receita Federal.
CETAD – Centro de Estudos
Tributários e Aduaneiros. Carga
Tributária de 2015. Nota: (1) inclui
receita da CSLL

PAÍSES	ALÍQUOTAS-TETO IRPF
Alemanha	45,0
Bélgica	50,0
Dinamarca	53,4
Estados Unidos	39,6
Espanha	47,0
França	45,0
Holanda	52,0
Itália	43,0
Japão	50,8
Noruega	47,2
Portugal	48,0
Suécia	57,0
Reino Unido	45,0
Argentina	35,0
Brasil	27,5
Chile	40,0
China	45,0
Colômbia	33,0
Índia	34,0
México	35,0
MÉDIA OCDE	41,0

3 ampliação da tributação direta

Por que o Governo não enfrenta o fato de que para as faixas de Renda Total Declarada superiores a 240 salários mínimos mensais, aproximadamente 70% dos rendimentos correspondem à Renda Isenta e Não tributável?

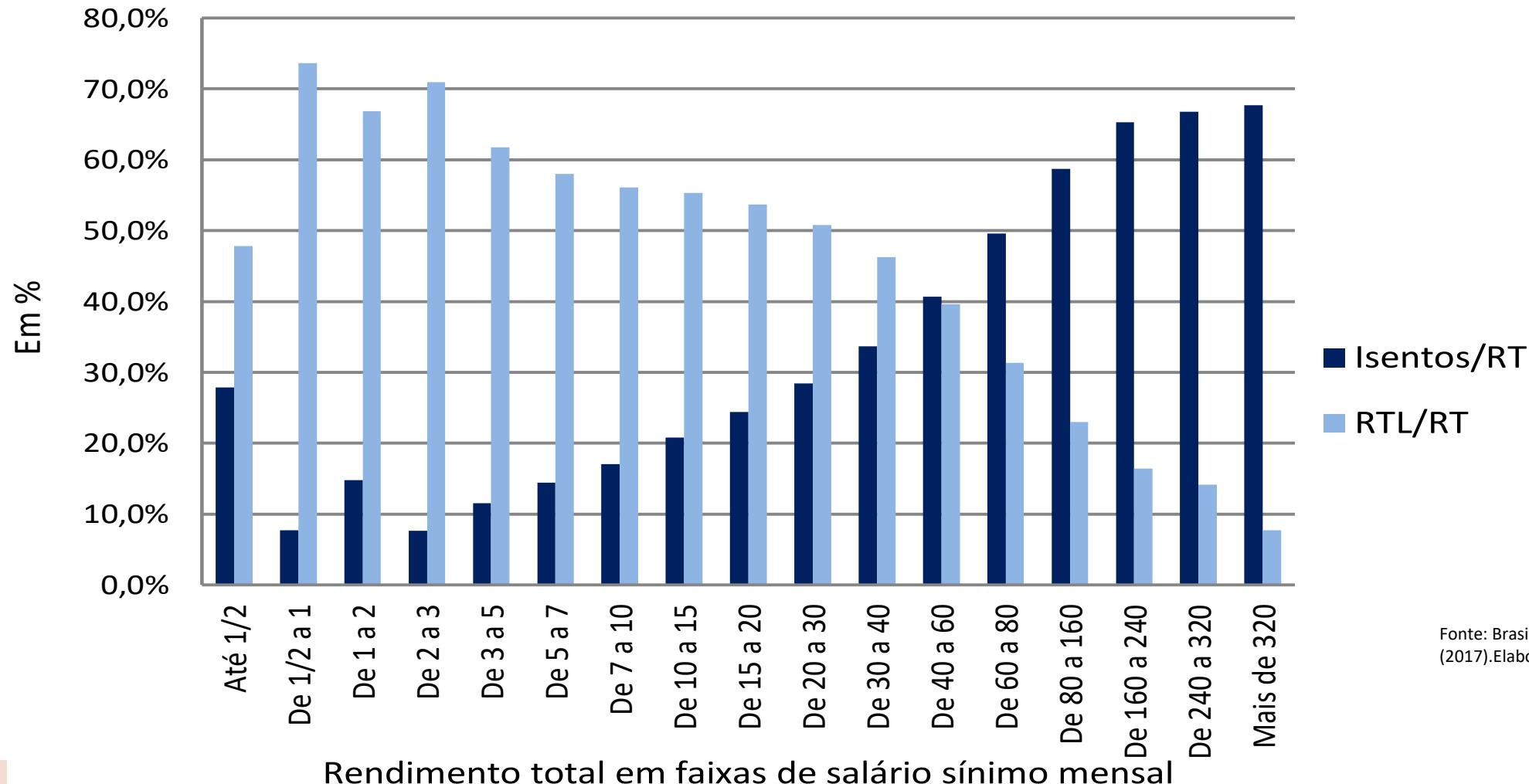


IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA (IRPF)

EM % DA RENDA ISENTA E NÃO TRIBUTÁVEL (ISENTOS) NA RENDA TOTAL DECLARADA (RT) EM % DA RENDA TRIBUTATÁRIA LÍQUIDA (RTL) NA RENDA TOTAL DECLARADA (RT)
POR FAIXAS DE RENDIMENTOS TOTAIS EM SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS

BRASIL

2016



Fonte: Brasil / RFB
(2017). Elaborado pelos autorees

**AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA:
SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA
EM R\$ MILHÕES / VALORES DE 2015 E ESTIMATIVAS**

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
Renda (1)	352.305,41	606.084,14	253.778,73
Patrimônio	85.696,86	158.699,55	73.002,69
Transações Financeiras	34.686,30	65.380,84	30.694,54
Total	472.688,57	830.164,53	357.475,96
Bens e Serviços	957.923,80	726.126,34	(231.797,46)
Folha de Salários	482.003,11	403.263,25	(78.739,86)
Total	1.439.926,91	1.129.389,59	(310.537,32)
Outros	15.567,38	15.567,38	0
TOTAL	1.912.615,48	1.959.554,12	46.938,64

Fonte: A Reforma Tributária Necessária – Justiça fiscal é possível: subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira (documento completo) / Eduardo Fagnani (Organizador). Brasília: ANFIP; FENAFISCO; São Paulo: Plataforma Política Social. 2018.

<http://plataformapoliticocial.com.br/justica-fiscal-e-possivel-subsidios-para-o-debate-democratico-sobre-o-novo-desenho-da-tributacao-brasileira/>

NOVA TABELA DE ALÍQUOTAS PROGRESSIVAS DO IRPF



FAIXA DE SALÁRIO-MÍNIMO MENSAL	ALÍQUOTA (%)
Até 4	0%
Mais de 4 a 7	7,5%
Mais de 7 a 10	15,0%
Mais de 10 a 15	22,5%
Mais de 15 a 40	27,5%
Mais de 40 a 60	35,0%
Mais de 60 e MAIS de 320	40,0%

- 38,5% dos declarantes ficariam **isentos**;
- 48,7% **seriam desonerados**;
- 10,0% manteriam a alíquota atual.
- 2,7% dos declarantes, (cerca de 750 mil contribuintes) **seriam mais tributados**

**ACRÉSCIMO DE R\$ 158 BILHÕES:
UMA VEZ E MEIA MAIS RECEITAS QUE A “NOVA PREVIDÊNCIA”**

Porque o governo não enfrenta a questão das Isenções Fiscais?

- Em 2017, as **isenções fiscais** concedidas pelo Governo Federal atingiram **R\$ 406 bilhões**, mais de **quatro anos** da 'economia' que governo espera da "Nova Previdência".

**FIGURA 1 – DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS TOTAIS E SOBRE A
SEGURIDADE SOCIAL
(EM R\$ MILHÕES CORRENTES)**
– 2009-2015

ANO	DESONERAÇÃO TOTAL*	% PIB*	DESONERAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL	% PIB
			Contribuição Previdência Social	Cofins	CSLL	PIS- Pasep		
2009	116.098	3,65	17.905	29.418	6.087	5.651	59.061	1,85
2010	113.861	3,60	18.183	33.883	8.333	6.955	67.354	2,02
2011	152.406	3,68	21.156	34.618	5.830	6.542	68.146	1,75
2012	182.410	4,15	24.412	41.376	6.976	8.145	80.909	1,78
2013	225.630	4,66	33.743	46.142	8.788	9.060	97.733	1,97
2014	253.902	4,92	57.012	58.510	9.301	11.639	136.462	2,60
2015	282.437	4,93	62.519	70.538	10.490	14.100	157.647	2,75

Fonte: Receita Federal (Ministério da Fazenda). Demonstrativos de gastos tributários. PLOA (projeções) e Relatório de Bases Efetivas.

Porque o governo não enfrenta a sonegação de impostos?

A **sonegação de impostos** é estimada em cerca **de R\$ 500 bilhões** por ano, mais de **cinco anos** da 'economia' que governo espera da "Nova Previdência".

Por que o Governo não torna a sonegação em crime?

Por que o governo não acaba com o Refis?



**Novo Refis é o 31º
programa de
parcelamentos especiais
em 17 anos**

Receita critica efeito perverso de renegociação de dívidas sobre arrecadação

MarthaBeck

31/05/2017 - 16:57 / Atualizado em 31/05/2017 - 17:09

Anistia de Bolsonaro para ruralistas supera economia da Previdência com servidor



CARTA CAPITAL

[CAROL SCORCE](#)

12 DE ABRIL DE 2019



**Governo abriria mão de 17 bilhões de reais com
perdão da dívida; impacto da reforma na
aposentadoria dos servidores da União é de 13,8 bi
(^POR ANO).**

Por que o governo não acaba com isenção do Agronegócio para o INSS Rural?

- Desde 1997 o agronegócio exportador é isento da contribuição para o INSS Rural.

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
 PERÍODO: JANEIRO A NOVEMBRO - 2017/2016
 (EM R\$ MILHÕES A PREÇOS DE NOVEMBRO/2017 - IPCA)



RECEITAS	PARTICIPAÇÃO (%)	
	2017	2016
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	2,48	2,49
I.P.I-TOTAL	3,65	3,48
I.P.I-FUMO	0,40	0,43
I.P.I-BEBIDAS	0,21	0,20
I.P.I-AUTOMÓVEIS	0,32	0,22
I.P.I-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	1,07	1,06
I.P.I-OUTROS	1,65	1,57
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	26,93	28,34
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	2,57	2,50
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	9,33	11,50
ENTIDADES FINANCEIRAS	1,57	1,99
DEMAIS EMPRESAS	7,76	9,51
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	15,03	14,34
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	8,40	7,77
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	3,95	3,96
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	1,85	1,83
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	0,82	0,79
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2,60	2,63
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	0,10	0,10
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	16,47	16,06
ENTIDADES FINANCEIRAS	1,42	1,55
DEMAIS EMPRESAS	15,05	14,51
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	4,41	4,28
ENTIDADES FINANCEIRAS	0,23	0,25
DEMAIS EMPRESAS	4,18	4,02
CSLL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	5,39	5,51
ENTIDADES FINANCEIRAS	1,26	1,39
DEMAIS EMPRESAS	4,13	4,12
CIDE-COMBUSTÍVEIS	0,44	0,45
PSS - CONTRIB. DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR	2,55	2,35
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2,95	3,65
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	29,13	28,73
ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS [D]	2,88	1,94
TOTAL GERAL [E]=[C]+[D]	100,00	100,00

ARRECADAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO: SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA EM R\$ MILHÕES E EM % DO PIB VALORES DE 2015



TRIBUTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	ATUAL		PROPOSTA		DIFERENÇA	
	R\$	% PIB	R\$	% PIB	R\$	% PIB
Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)	-		37.193,97	0,63%	37.193,97	0,63%
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	1.104,97	0,02%	19.093,90	0,32%	17.988,93	0,30%
Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doações (ITCMD)	6.468,65	0,11%	15.002,96	0,25%	8.534,31	0,14%
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	36.257,11	0,61%	37.307,11	0,63%	1.050,00	0,02%
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	30.759,50	0,52%	38.994,97	0,66%	8.235,47	0,14%
Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	11.106,63	0,19%	11.106,63	0,19%	-	0,00%
TOTAL	85.696,86	1,45%	158.699,55	2,69%	73.002,69	1,24%

Se a Previdência dos Estados está “quebrada”, por que fazer essa nova isenção fiscal?

AGRONEGÓCIO

Agricultores ganham corte de R\$ 40 bi em imposto e afetam caixa de estados

Um convênio que reduz R\$ 40 bilhões em ICMS para agricultores foi renovado às pressas para beneficiar o setor. O convênio existe há 22 anos e ia acabar neste ano se não fosse renovado. A regra reduz o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o comércio de insumos agropecuários.

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/13/agronegocio-renovacao-convenio-reduz-icms-sobre-insumos.htm?fbclid=IwAR2YOrillvIPsdl_oEomvsLyubcFbkPw22m2ZwijNDobNiHkcsCdd_Ttvq&cmpid=copiaecola

Por que o Governo não enfrenta o débito dos sonegadores com a Previdência?

- Atualizada, dívida com a Previdência **chega a R\$ 935 bilhões** diz a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (Matéria de 2017)
- PGFN: dívida ativa cresce a um ritmo de aproximadamente 15% ao ano.
- Em 2008, havia 4,1 mil auditores fiscais vinculados à Secretaria da Receita Previdenciária, atuando no combate à inadimplência e à sonegação das contribuições previdenciárias.
- Hoje, há somente cerca de 900 auditores fiscais da Receita Federal no trabalho voltado às contribuições previdenciárias.

Por que o Governo quer destruir a Seguridade Social (11,3% do PIB) e não enfrenta a sonegação e as isenções (12,8% do PIB)?



- Com a sonegação de impostos e as isenções fiscais, em conjunto, o governo deixa de arrecadar 12,8% do PIB, montante superior aos gastos da Seguridade Social (11,3% do PIB) que a “Nova Previdência” planeja destruir.

Por que o governo opta pelo terrorismo Financeiro?

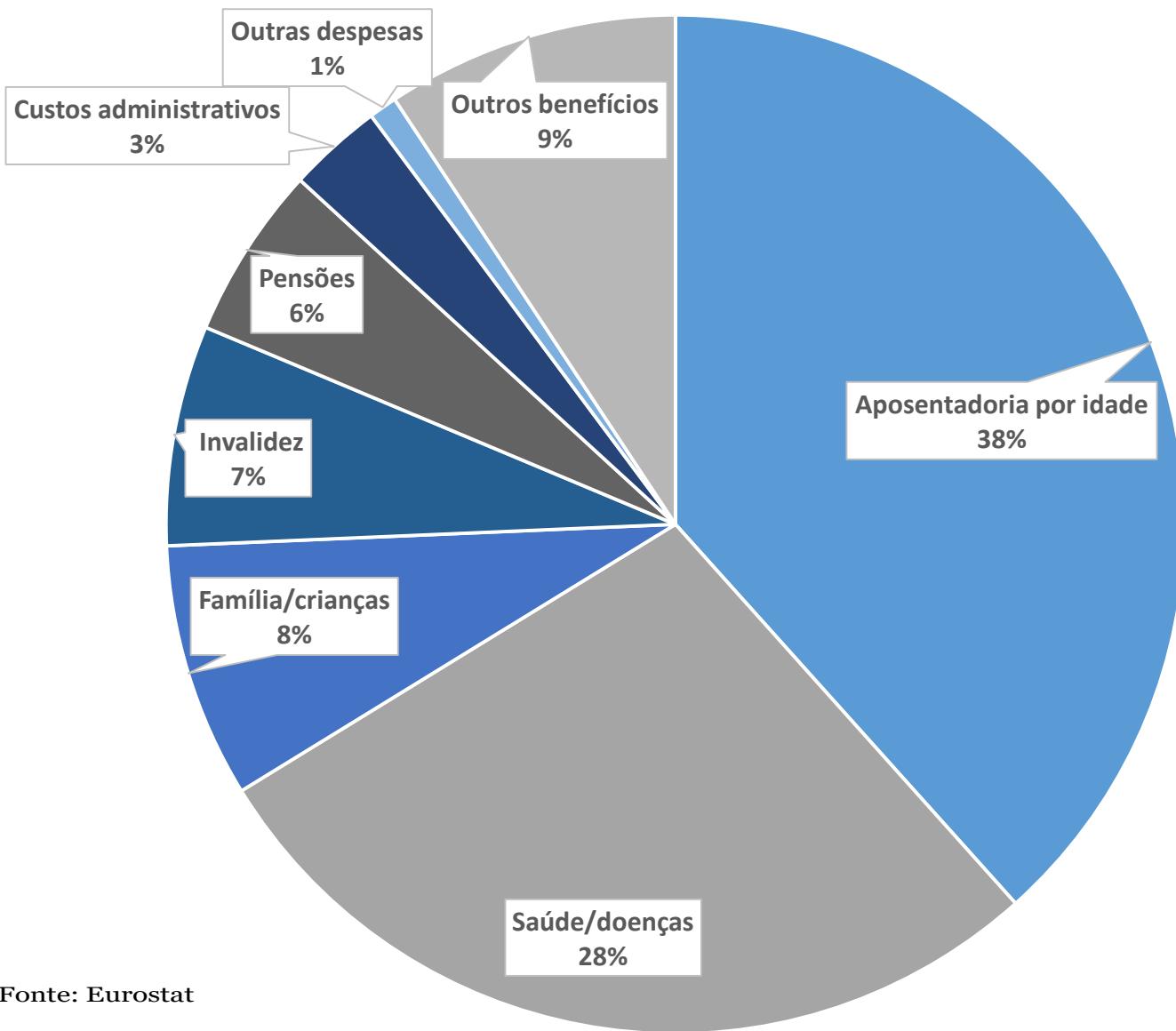
Se a Seguridade Social foi superavitária até 2015, porque há “déficit” na Previdência?

A Previdência (RGPS) não é parte da Seguridade?

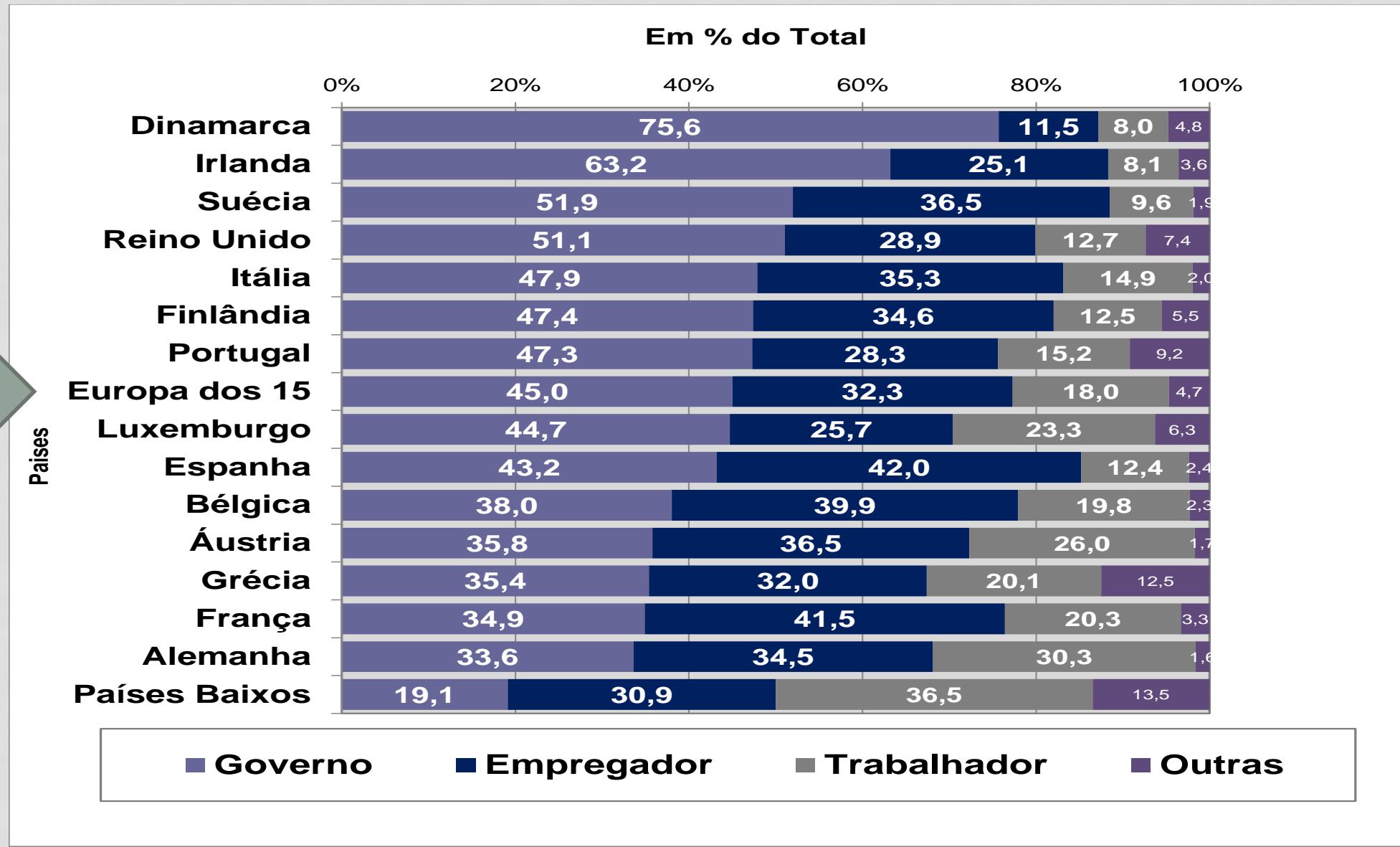
O que dizem os artigos 194 e 195 da CF-88

Os constituintes de 1988 não se inspiraram na experiência da socialdemocracia europeia pós 1945?

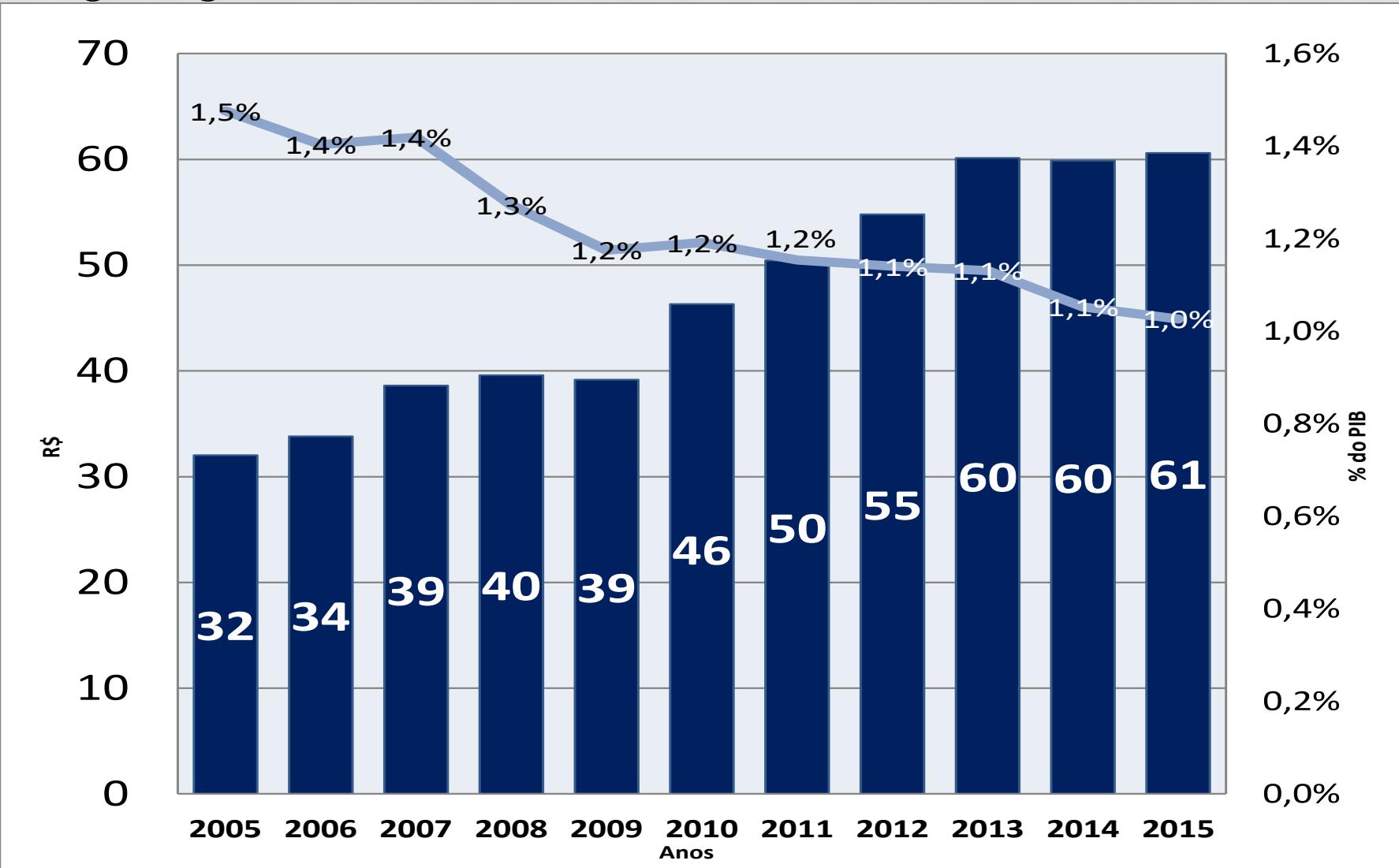
PROTEÇÃO SOCIAL NA OCDE (EU-28) ESTRUTURA DA DESPESA 2012 (EM %)



FONTES DE RECEITA DA PROTEÇÃO SOCIAL NA OCDE (EU-15)
(PARTICIPAÇÃO %) | 2012
 Fonte: Eurostat

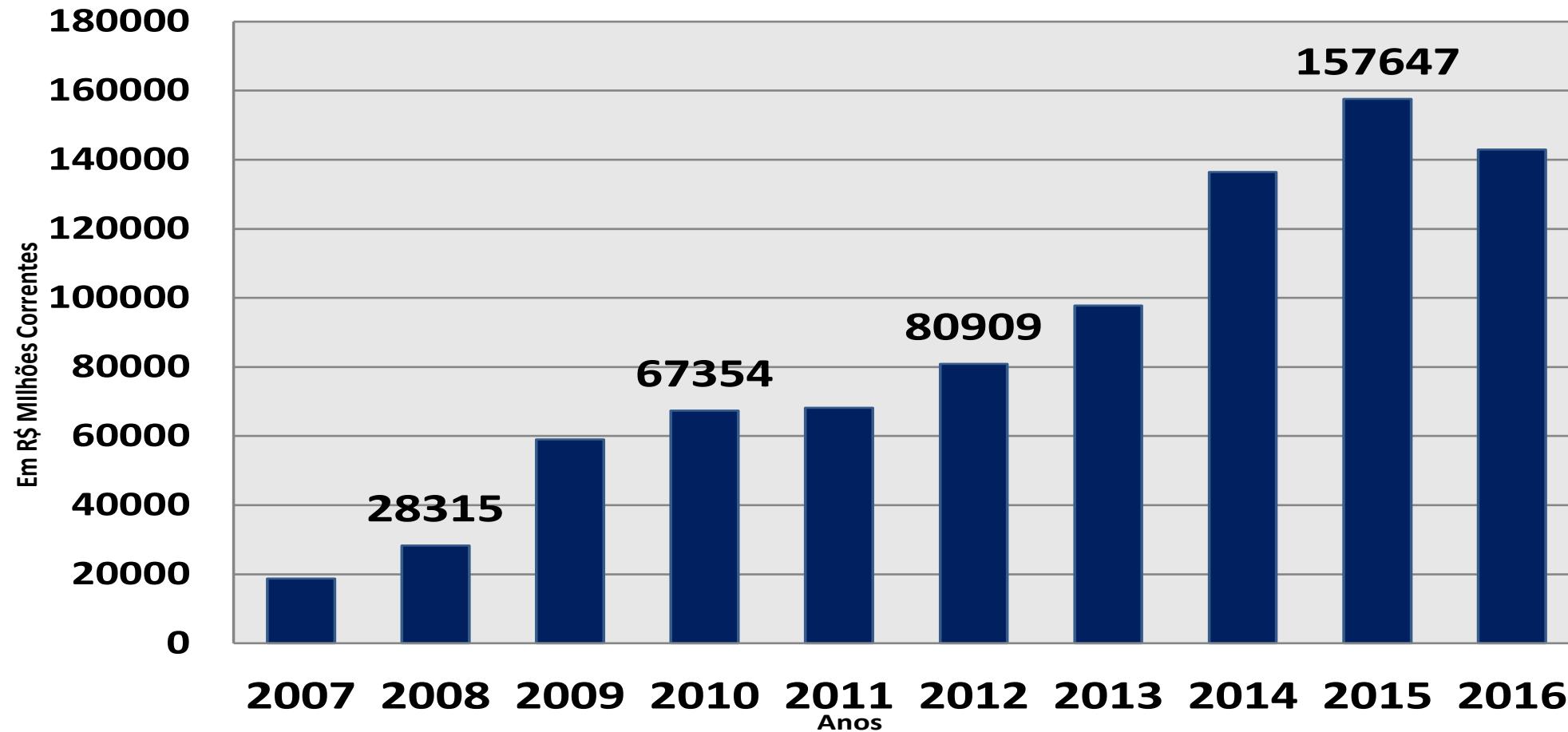


DRU – CAPTURA DE RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL | (EM R\$ BILHÕES CORRENTES E % DO PIB)
2005-2015



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO/STN

TOTAL DE DESONERACÕES DA RECEITA DA SEGURIDADE SOCIAL | (EM R\$ MILHÕES CORRENTES) | 2007-2016



Fonte: Receita Federal, Ministério da Fazenda. Demonstrativo dos Gastos Tributários. PLOA [projeções] e Relatório de Bases Efetivas.

A recorrente superestimação de
projeções de crescimento do PIB Por
Marcelo Kfouri e Carlos Waack /
Valor Econômico, 15/3/19

“Pelo segundo ano consecutivo o PIB brasileiro cresceu 1,1%, mas a coincidência não para aí, pois, nesses dois anos, a previsão era de crescimento de cerca de 3% no início dos respectivos anos”.

<https://www.valor.com.br/opiniao/6211691/recorrente-superestimacao-de-projecoes-de-crescimento-do-pib>

Se os economistas do mercado não conseguem acertar previsões trimestrais, como podem dizer que o “déficit” da Previdência será “explosivo” em 2060?

QUAL É O MODELO ATUARIAL UTILIZADO PELO GOVERNO?

**A Previdência Social em 2060:
As inconsistências
do modelo de projeção atuarial
do governo brasileiro**



GASTO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO EM % DO PIB (1)

(2013)

BRASIL E PAÍSES DA OCDE (SELECIONADOS)



Fontes:

Estatísticas da OCDE. Social Expenditure – Dados agregados | Portal da Transparência – Gastos Diretos do Governo

Notas: [1] Gasto público direto com benefícios em dinheiro para idosos e pensões por morte para dependentes. Inclui aposentadorias por idade, aposentadorias antecipadas e pensões por morte. Não inclui gasto privado compulsório nem outras fontes de recursos.

[2] Dados de 2010.

[3] Despesas Totais do INSS sobre o PIB em 2013.

Por que o governo opta pelo terror econômico?

Cenários com e sem a reforma da Previdência

Realizado Com reforma Sem reforma

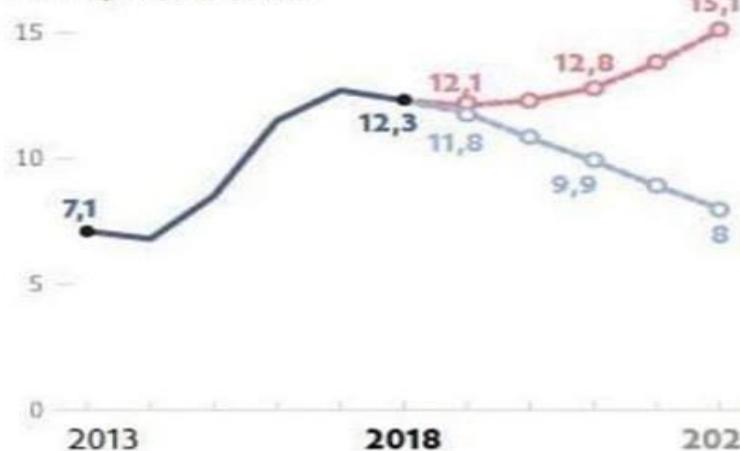
Crescimento do PIB

Em %



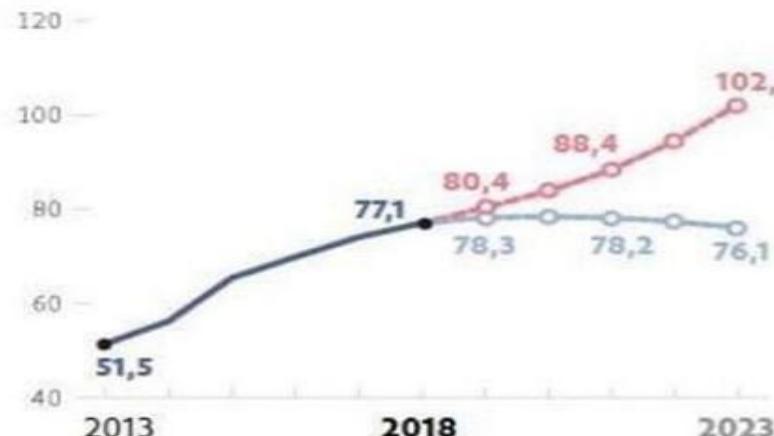
Taxa de desemprego

Em %, média anual



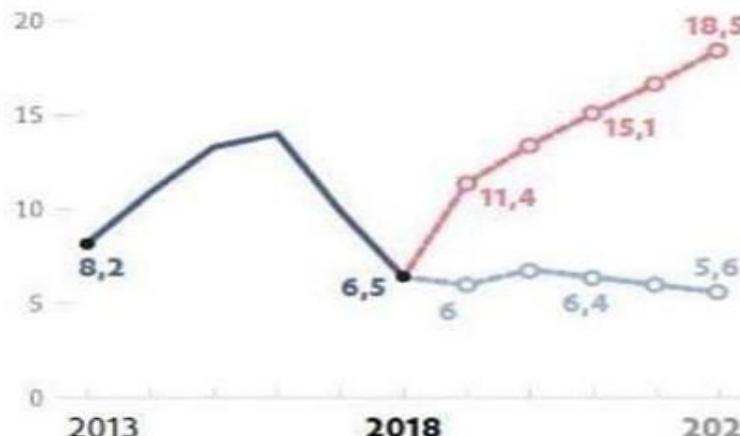
Dívida bruta do governo

Em % do PIB



Taxa de juros Selic

Em %, ao ano



Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração SPE/ME

A secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia tem feito projeções sobre como podem evoluir os principais indicadores com e sem a reforma da Previdência.

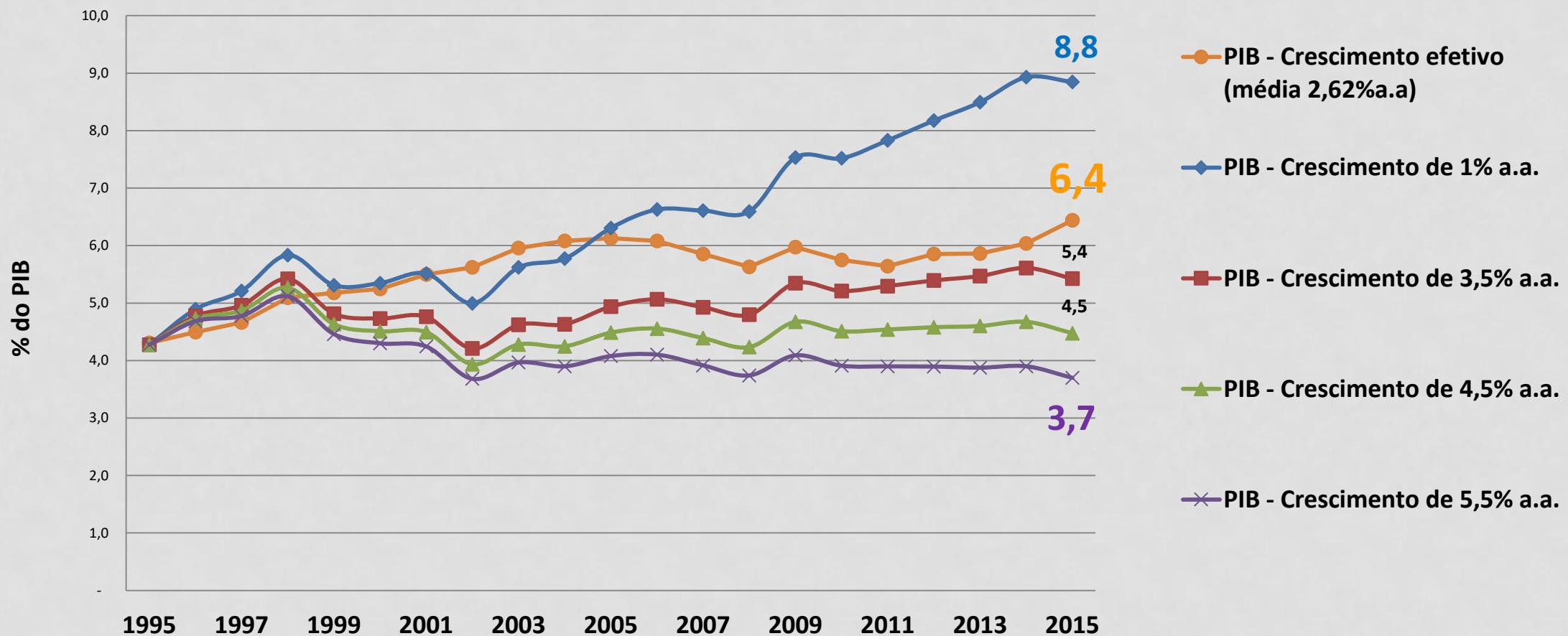
Fernando Canzian. Na encruzilhada, um grande fracasso espreita o Brasil. Folha, 7/3/19.

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/fernandocanzian/2019/03/na-encruzilhada-um-grande-fracasso-espreita-o-brasil.shtml>

Porque o Governo não promove o crescimento da economia?

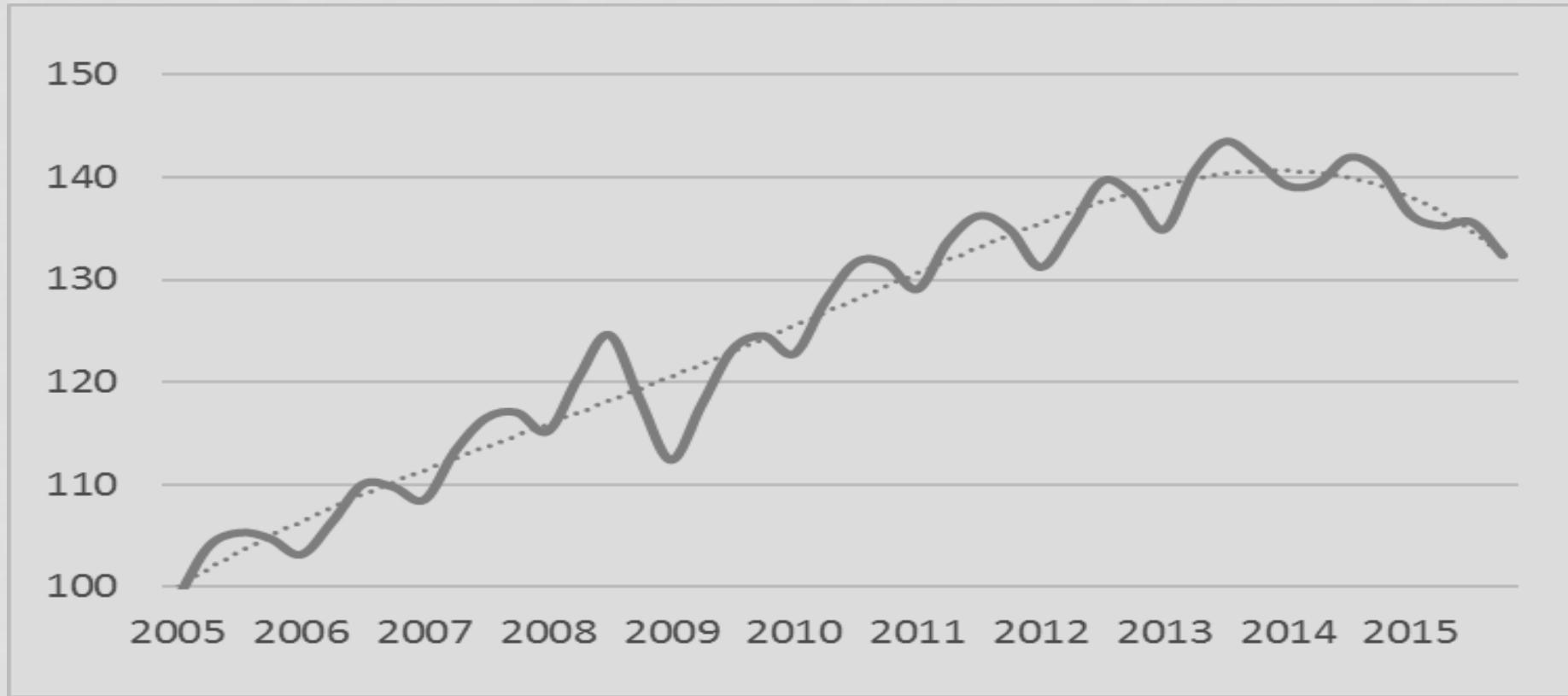
- Crescer para ajustar?
- Ajustar para crescer?

CENÁRIOS - GASTO COM BENEFÍCIOS DO INSS (EM % DO PIB)
 (ANOS SELECIONADOS 1995-2015)
 BRASIL



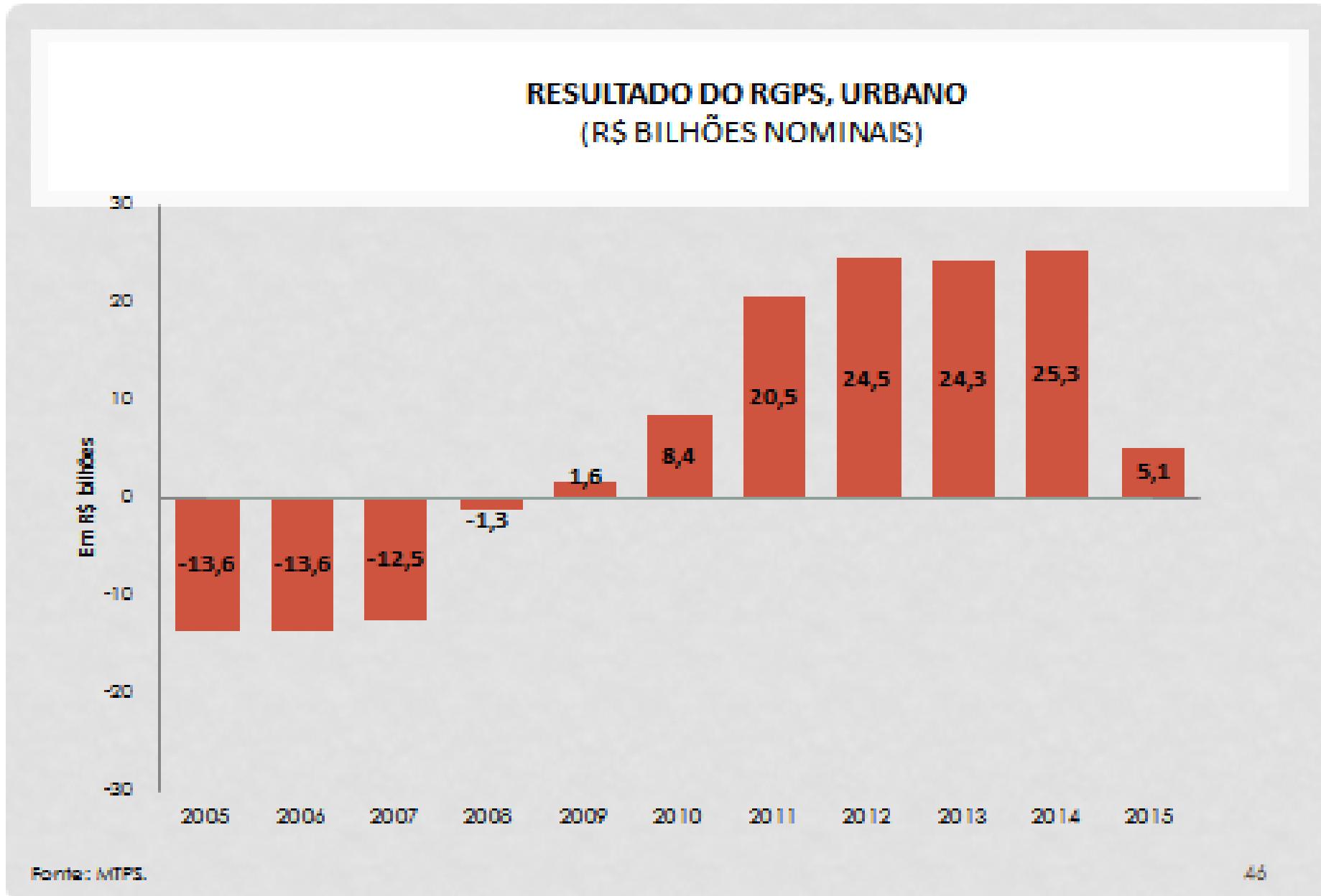
Fontes: IBGE. Sistema de Contas Nacionais (nova base – ano de referência 2010), Contas Nacionais Trimestrais (nova base – ano de referência 2010); MTb. Boletim Estatístico da Previdência Social; IPEA. IPEA data. Elaboração: DIEESE. a) Os benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) abrangem as aposentadorias, as pensões por morte, os auxílios, o salário-família e o salário-maternidade. Os benefícios acidentários do RGPS, relacionados a acidentes de trabalho e doenças profissionais, incluem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente e auxílio-suplementar. b) De 1995 a 2013, dados consolidados do PIB. Para 2014 e 2015, foram utilizados dados preliminares obtidos a partir das Contas Nacionais Trimestrais. c) Para o cálculo, foi utilizado o PIB a preços de 2015 calculado pelo BCB e as despesas do INSS a preços do IGP-DI/FGV de 2015.

Gráfico 1: PIB real do Brasil, evolução trimestral



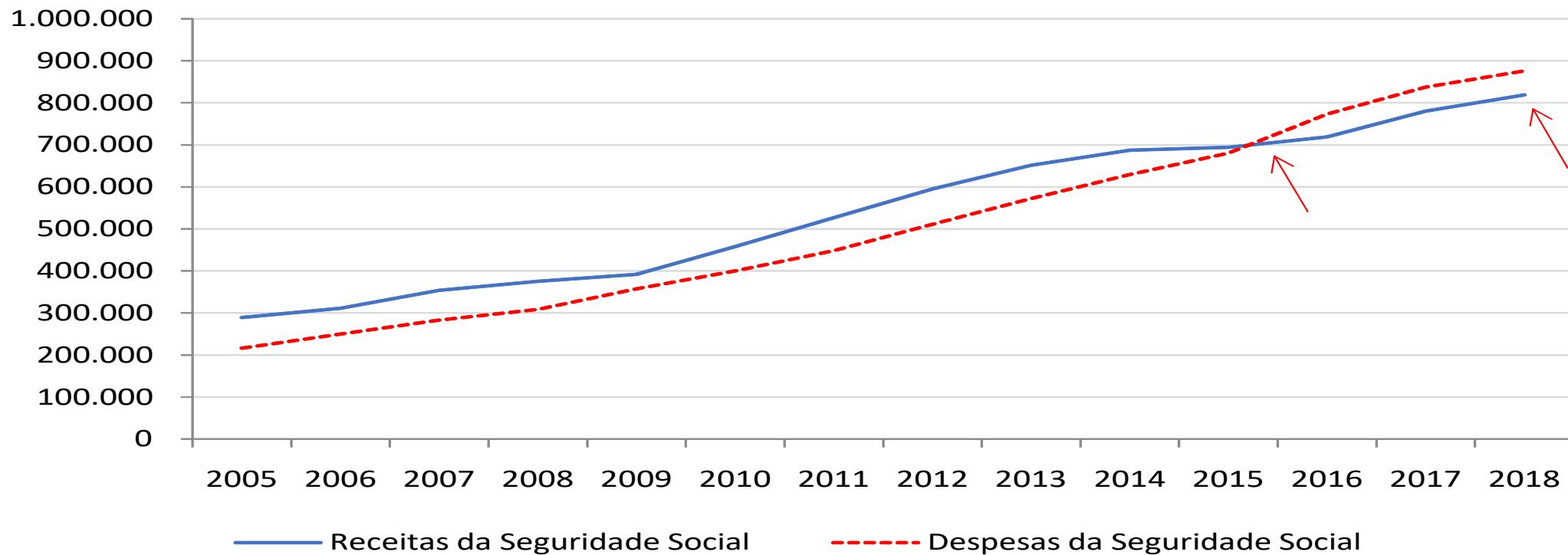
Fonte: IBGE – Sistema de Contas Trimestrais. Evolução do PIB real, média de 2004 = 100. Elaboração ANFIP e Fundação ANFIP (ANFIP 2015)

1. Crescimento econômico: requisito para o equilíbrio financeiro da Previdência



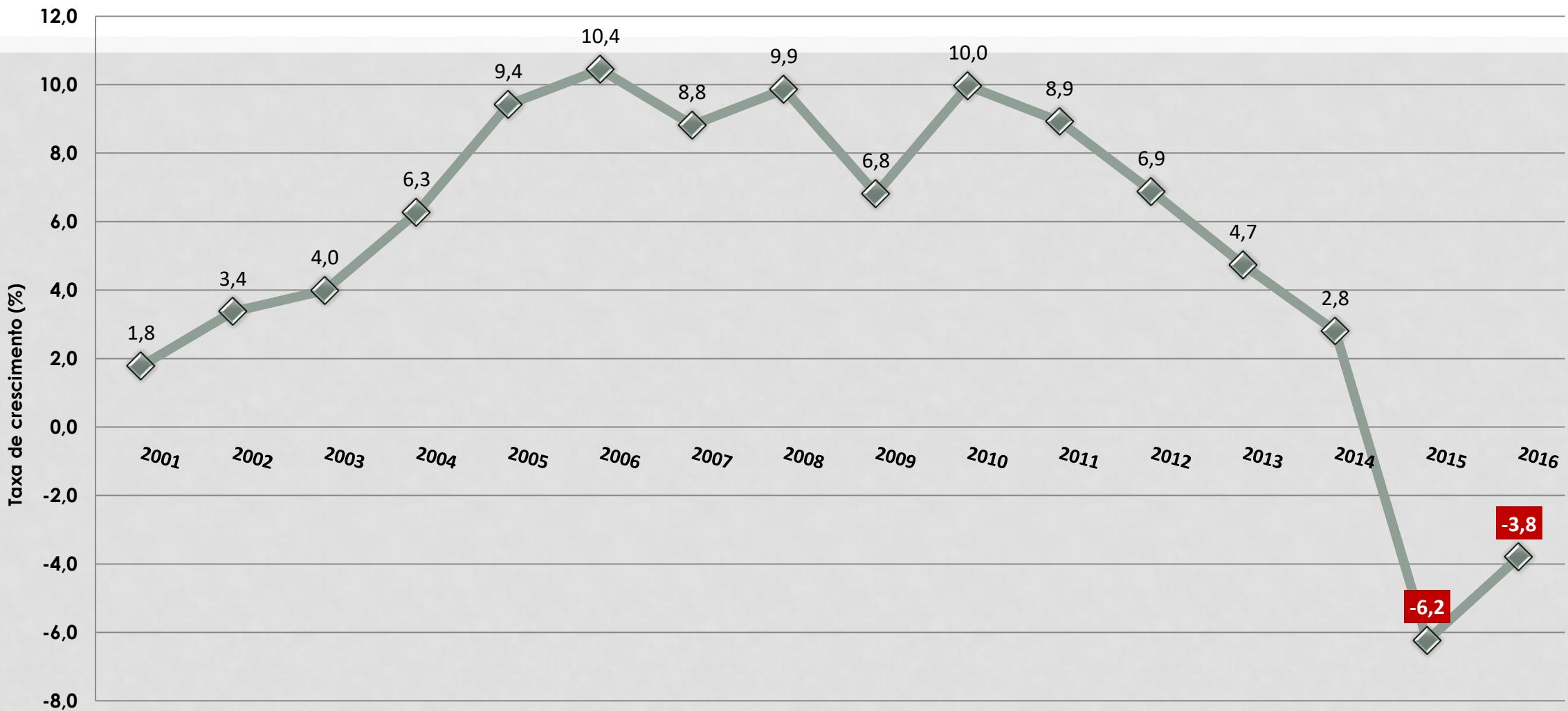
Receitas e despesas da Seguridade Social - 2005 a 2018

(Dados Preliminares) - em R\$ milhões

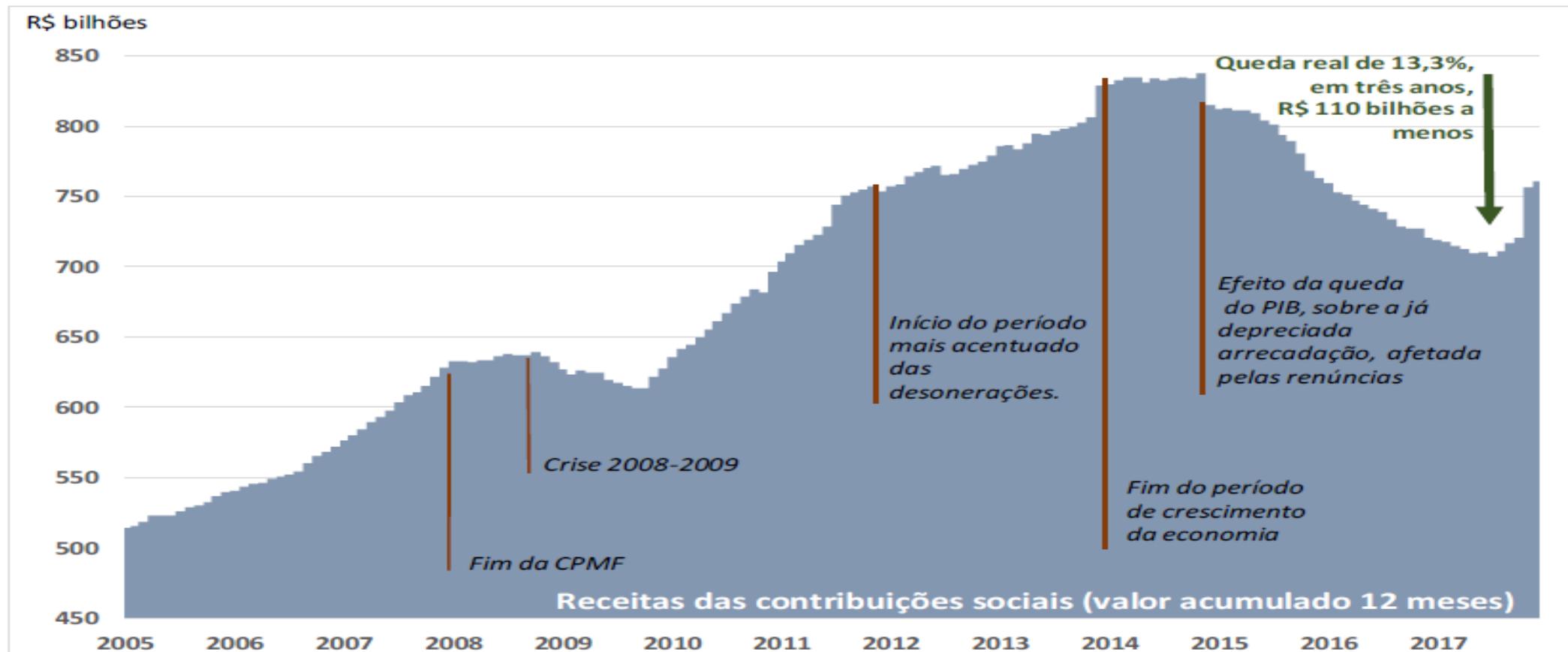


Fonte: Anfip e Fundação Anfip (Faets). Análise da Seguridade Social 2018 (No Prelo)

RGPS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (EMPREGADOR E TRABALHADOR)
TAXA DE CRESCIMENTO REAL ANUAL (2001-2016)
ELABORAÇÃO: DENISE GENTIL



Receitas de Contribuições Sociais Governo Federal – 2005 a 2017



Fonte: STN-MF; em valores constantes de dezembro de 2017 (IPCA).
Org: ANFIP e Fundação ANFIP

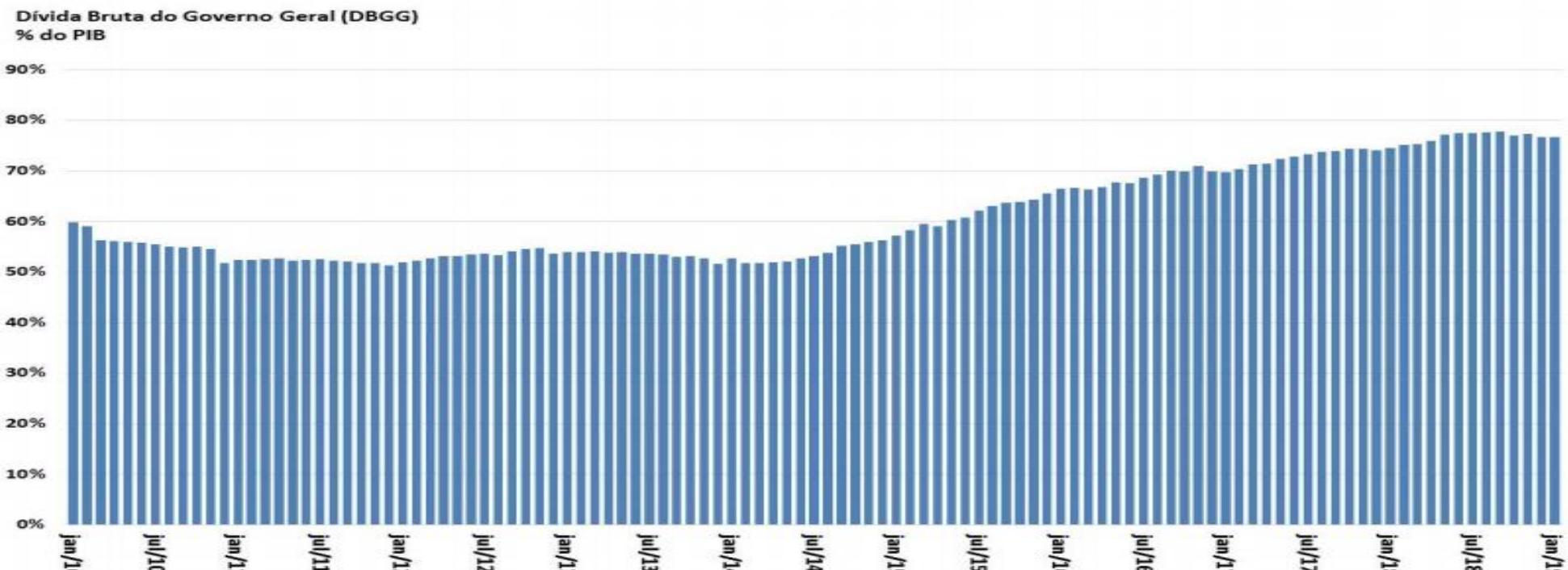
PORQUE O GOVERNO NÃO ENFRENTA AS INCONSISTÊNCIAS DO REGIME MACROECONÔMICO?

Qual reforma é prioritária?

- **Reforma da Previdência?**
- **Reforma Financeira?**

Dívida Bruta do Governo Geral

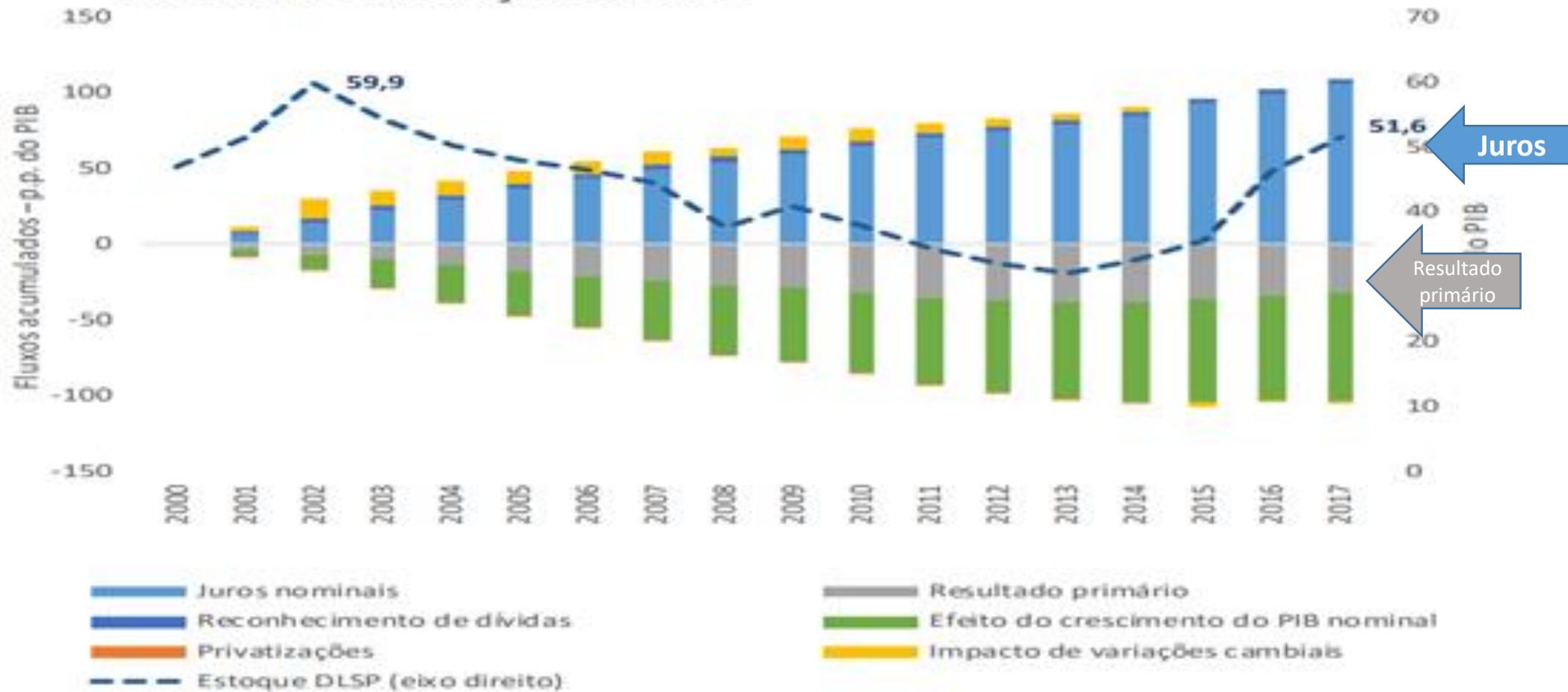
CONTAS PÚBLICAS



Fonte: BCB.

- “Enquanto nos recusarmos a enfrentar o desafio previdenciário, a dívida pública subirá implacavelmente e asfixiará a economia. A dívida bruta em relação ao PIB subiu de 63% em 2014 para 74% em 2017.”

Gráfico 9 – Evolução da DLSP



Fonte: Nota Técnica nº 47 do BCB, set/2018.

2. Enfrentar as Inconsistências do Modelo Macroeconômico (elaboração Pedro Rossi)

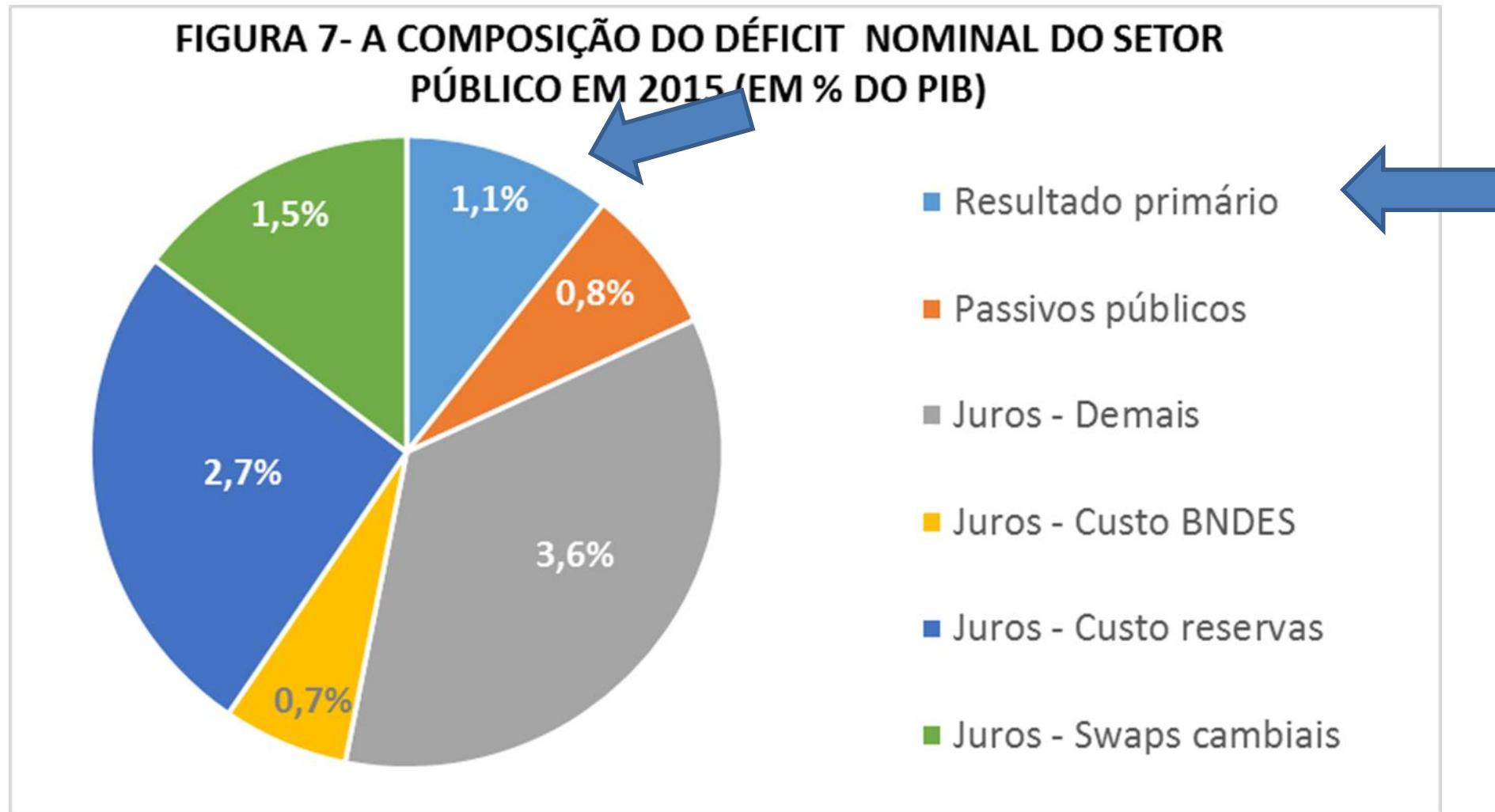
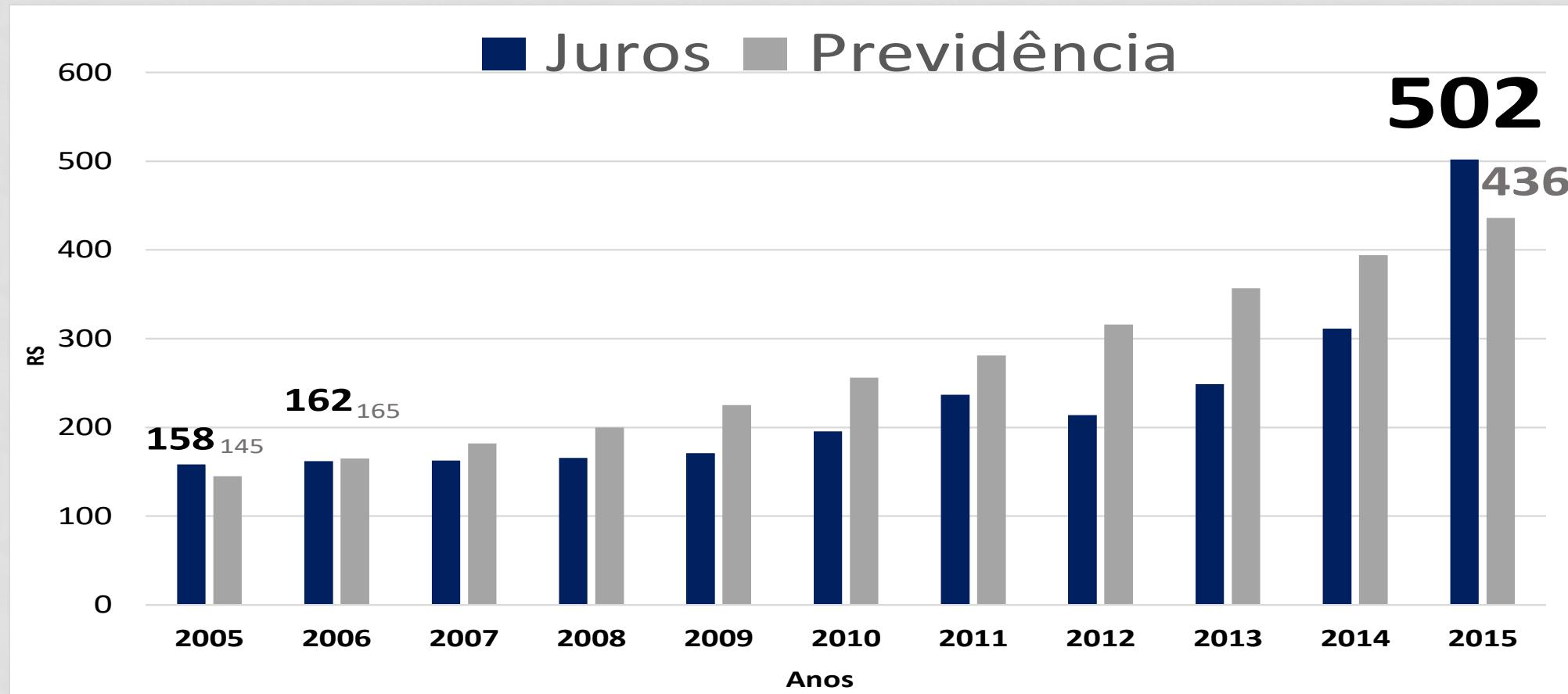


FIGURA 13 – GASTOS FEDERAIS DIRETOS COM JUROS E PREVIDÊNCIA
(R\$ BILHÕES CORRENTES)
(2005-2015)
BRASIL



Fonte: Banco Central.

Hoje, pagamos mais de R\$ 400 bilhões de juros por ano, quase quatro anos da 'economia' que governo espera da “Nova Previdência”.

“NOVA PREVIDÊNCIA”

- Combate “privilégios”?
- Desarma a “fábrica de desigualdades”?

FIGURA 3 – ESTIMATIVA DA ECONOMIA DE RECURSOS DA PEC 6/2019 EM 10 ANOS

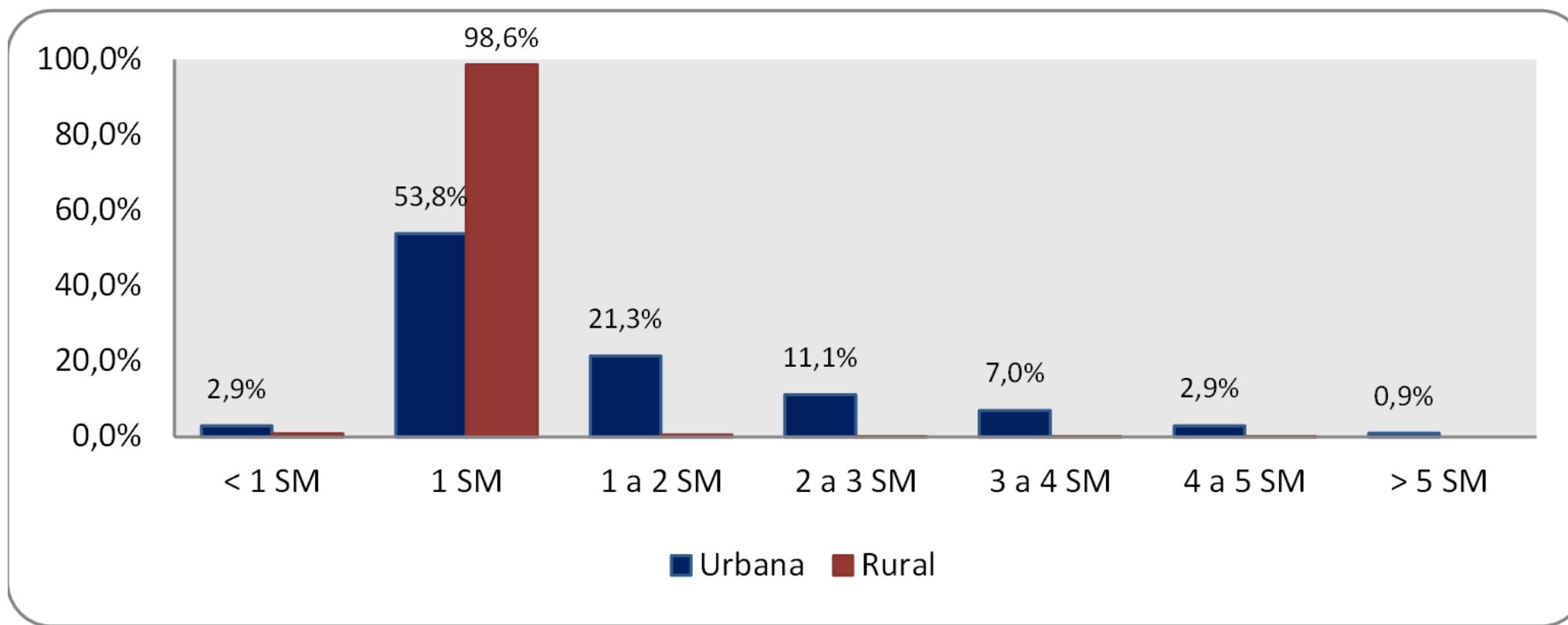
Em R\$ Bilhões de 2019

reforma
ributária
olidária

ITENS	PRIMEIRA VERSÃO		SEGUNDA VERSÃO	
	(R\$)	EM %	(R\$)	EM %
Reforma do RGPS	715,00	61,39	715,00	66,06
Reforma no RPPS da União	173,50	14,9	173,50	16,03
Alteração nas alíquotas do RGPS	(27,60)	(2,37)	(27,60)	(2,55)
Mudanças das alíquotas do RPPS da União	29,30	2,52	29,30	2,71
Assistência fásica e focalização do abono	182,20	15,64	182,20	16,83
TOTAL DA PEC DA NOVA PREVIDÊNCIA	1.072,40	92,08	1.072,40	99,08
Inatividade e pensões das Forças Armadas ¹	92,30	7,92	10,00	0,92
TOTAL	1.164,70	100	1.082,40	100,00

Fonte: PEC 06/2019

**FIGURA 2 – RGPS – QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS POR FAIXA DE SALÁRIO MÍNIMO (EM %)
POSIÇÃO EM SETEMBRO DE 2016**



Fonte: DATAPREV, SUB, SINTESE. Boletim Estatístico da Previdência Social - Vol. 21 Nº 09
ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil./Dieese – Departamento Intersindical de
Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da
Previdência Social Brasileira* - Brasília: ANFIP/DIEESE; 2017. 212p. <http://plataformapoliticasocial.com.br/previdencia-reformar-para-excluir-completo/>

**RESPOSTA A TODAS
ESSAS PERGUNTAS**

Não se quer debater tecnicamente porque não se pretende fazer reforma alguma.

A “reforma” é peça do projeto ultraliberal.

O propósito é destruir o Estado Social e implantar o Estado Mínimo.

O objetivo é destruir o modelo de sociedade pactuado em 1988

Esse propósito vem sendo perseguido desde 1988

Pontos Inaceitáveis

- IMPEDIR A DESTRUÇÃO DO MODELO DE SOCIEDADE PACTUADO EM 1988.
- IMPEDIR A DESTRUÇÃO DO PACTO SOCIAL POR LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
- IMPEDIR A DESFIGURAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
- IMPEDIR A TRANSIÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL PARA O SEGURO SOCIAL E PARA O ASSISTENCIALISMO:

POR QUE TRANSITAREMOS DA SEGURIDADE SOCIAL PARA O ASSISTENCIALISMO?

- (1) “Reforma” desconsidera realidade do mercado de trabalho**
- (2) Fixa regras equivalentes ou mais restritivas que as praticadas em países desenvolvidos**
- (3) Poucos trabalhadores terão proteção previdenciária (exige contribuição)**
- (4) Haverá “corrida” para a proteção assistencial (não exige contribuição).**
- (5) Muro de contenção fiscal: benefício do BPC de R\$400.**
- (6) No futuro, o atual gasto (previdência e BPC) pode cair para cerca de 30% do gasto atual.**
- (7) Será o gasto suportado pela reforma trabalhista.**
- (8) Será possível reduzir a carga tributária.**

Regras Excludentes que farão a transição da Seguridade Social para o assistencialismo

- Aposentadoria integral para poucos
- Aposentadoria parcial inacessível para a maior parte dos brasileiros e superior a exigida em países desenvolvidos

**FIGURA 5 – IDADE MÍNIMA, REFERÊNCIA E MÉDIA DE SAÍDA DA
FORÇA DE TRABALHO
(EM PAÍSES SELECIONADOS)
2004**

PAÍS	IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA		IDADE DE SAÍDA DA FORÇA DE TRABALHO	IDADE REFERÊNCIA DE APOSENTADORIA	
	Homem	Mulher		Homem	Mulher
Bélgica	60	60	60,6	65	62
França	55	55	58,8	60	60
Itália	57	57	59,7	65	60
Alemanha	63	63	60,9	65	65
Dinamarca	65	65	63,6	67	67
Suécia	61	61	63,7	65	65
Reino-Unido	65	60	62,6	65	60
Portugal	55	55	63,1	65	65

Fonte: Observatoire des Retraites (dados para 2004).
Matijascic, Kay e Ribeiro (2007).

**FIGURA 4 – CARÊNCIA E IDADE DE ACESSO A APOSENTADORIAS
(EM PAÍSES SELECIONADOS)
2013 e 2014**

PAÍS	CARÊNCIAS MÍNIMAS (NÃO INCLUI BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS)	CARÊNCIA DE REFERÊNCIA (APOSENTADORIA ORDINÁRIA OU COMPLETA)	IDADE DE REFERÊNCIA (HOMEM/MULHER)	IDADE MÍNIMA
Brasil	Quinze anos de contribuição	35/30 anos de contribuição	65 anos (h) /60 anos (m)	Não
Rússia	Cinco anos de cobertura	Não fixa	60 anos (h) 55 anos (m)	Regional
Índia	Dez anos de cobertura	Não existe pensão completa	55 anos	Não
China	Quinze anos de cobertura	Atuarial via contribuição	60 anos (h) 55 a 60 anos (m)	50 anos (h) 45 anos (m)
África do Sul	Teste de meios	Não aplicável	60 anos	Não muda
Argentina	Dez anos de serviço	30 anos de contribuição	65 anos (h) 60 a 65 anos (m)	Não muda
México	Não prevê	25 anos de contribuição	65 anos	Não
Chile	Vinte anos de contribuição	Não fixa	65 anos (h) 60 anos (m)	Não
Portugal	Quinze anos de contribuição	40 anos de contribuição	66 anos	57 anos
Itália	Quinze anos de contribuição	42 anos de contribuição	66 anos (h) 62 anos (m)	Não
Alemanha	Cinco anos de contribuição	45 anos de contribuição	65 anos	63 anos
Suécia	Não definida	Não fixa	65 anos	61 anos
EUA	Dez anos de cobertura	35 anos de cobertura	66 anos	62 anos

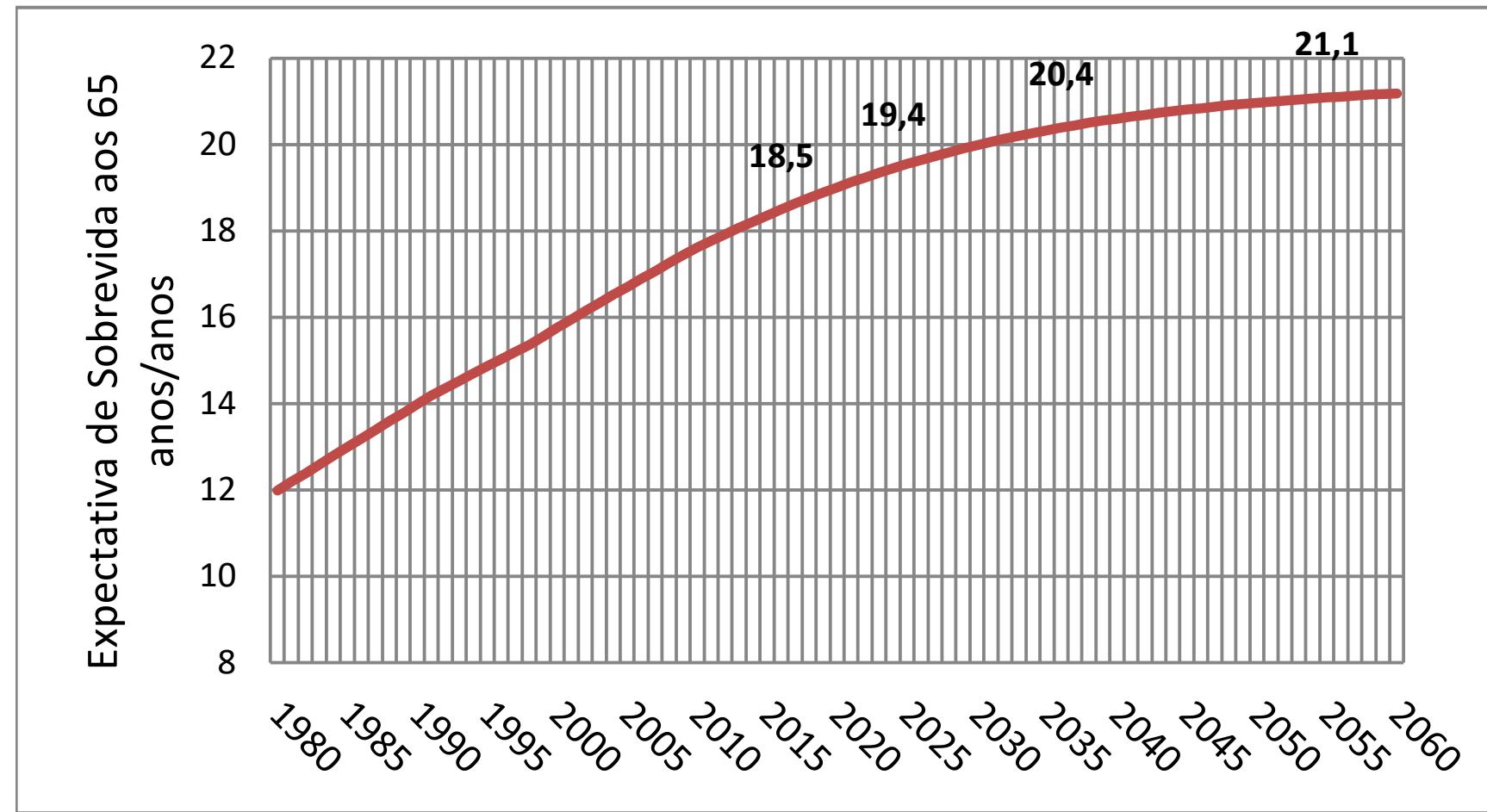
Fonte: SSA (2013a; 2013b; 2014a; 2014b).

Obs.: Os dados para países da Europa e da Ásia são de 2013; para países das Américas e da África, de 2012 (MATIJASCIC, 2016).

Regras Excludentes que farão a transição da Seguridade Social para o assistencialismo

- **Corrida de obstáculos:** o “gatilho” demográfico pode impor idade mínima exigida por países desenvolvidos (67 anos/Homens) a partir da década de 2030

EXPECTATIVA DE SOBREVIDA AOS 65 ANOS⁽¹⁾ (EM ANOS) / (1980-2060) / BRASIL



Fonte: IBGE/ Projeção da População de 2013.

Nota: (1) Entre 1981(1992) e 1990(1997), as esperanças de vida ao nascer foram extraídas das tábuas de mortalidade interpoladas a partir das tábuas construídas para os anos de 1980(1991) e 1991(1998). Apud: MTPS – Grupo Técnico de Previdência – GTP. 2016⁶³

MUDANÇAS NA IDADE MÍNIMA LEGAL DE APOSENTADORIA (PAÍSES SELECIONADOS) / 2011-2015



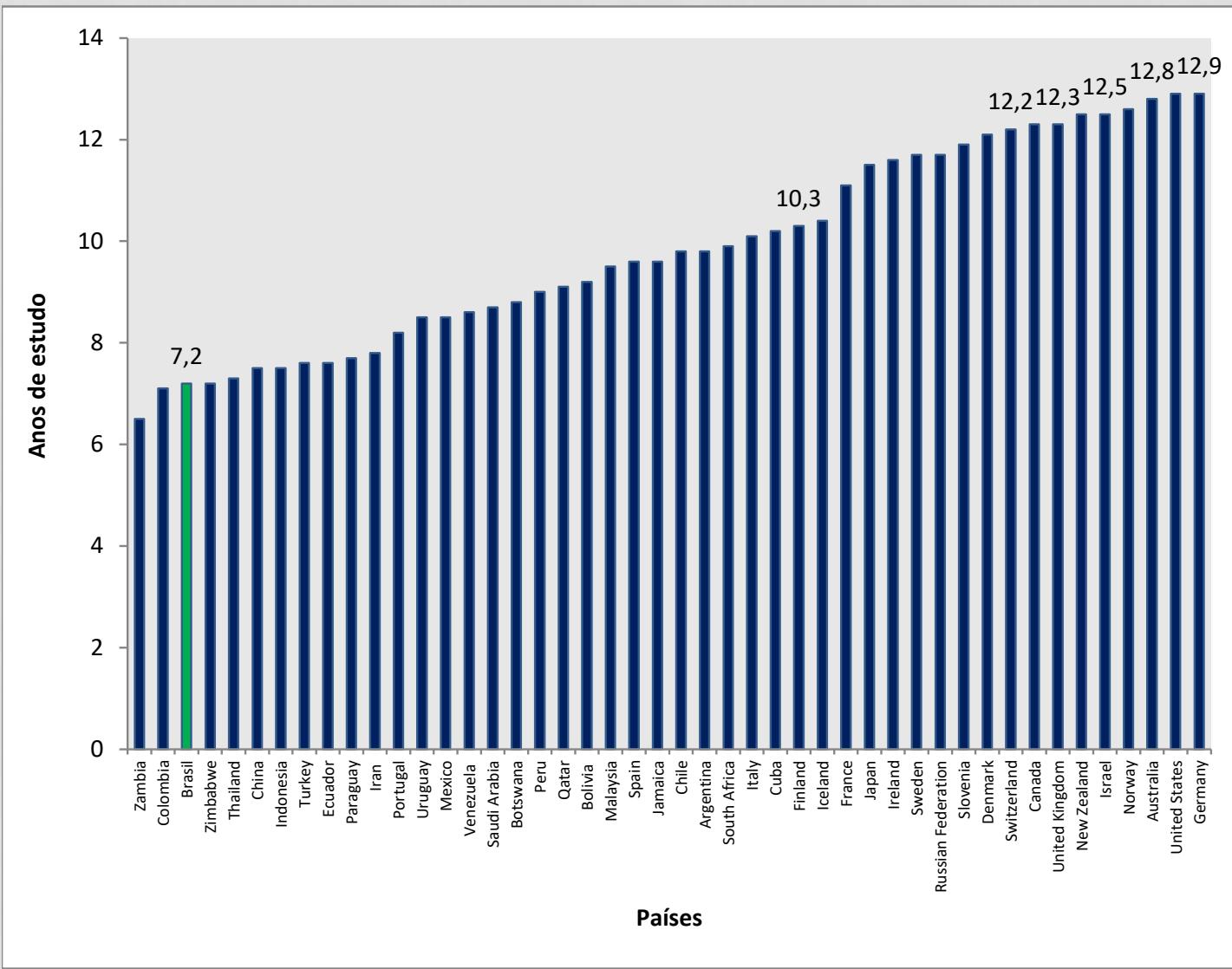
PAÍS	IDADE DE REFERÊNCIA PARA A APOSENTADORIA INTEGRAL				IMPLEMENTAÇÃO	
	Antes crise de 2008		Depois da crise de 2008			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Alemanha	65	65	67	67	Gradual de 2012 até 2029	
Austrália	65	60	67	67	Gradual de 2017 a 2023	
Áustria	65	60	65	65	Gradual entre 2024 e 2033	
Canadá	65	65	67	67	Gradual de 2023 a 2029	
Colômbia	60	55	62	57	Gradual até 2014	
Coreia do Sul	61	61	65	65	Gradual até 2034	
Dinamarca	65	65	67	67	Gradual de 2024 a 2027	
Espanha	65	65	67	67	Gradual de 2013 a 2027	
Estados Unidos	66	66	67	67	Gradual até 2027	
Estônia	63	60,5	65	65	Gradual até 2026	
França	61	61	62	62	Gradual até 2017	
Holanda	65	65	67	67	Gradual até 2023	
Hungria	60	55	65	65	Gradual de 2012 a 2022	
Itália	66	60	67	67	Gradual até 2020	
Portugal	65	65	66	66	A partir de 2014	
Reino Unido	65	62	67	67	Gradual até 2028	
Turquia	60	58	65	65	Gradual até 2048	

Fontes: OCDE – Pensions at Glance (2011, 2013 e 2015). COSTANZI, R. Análise Sintética das Reformas Previdenciárias no Mundo. Informações Fipe, abril de 2016.

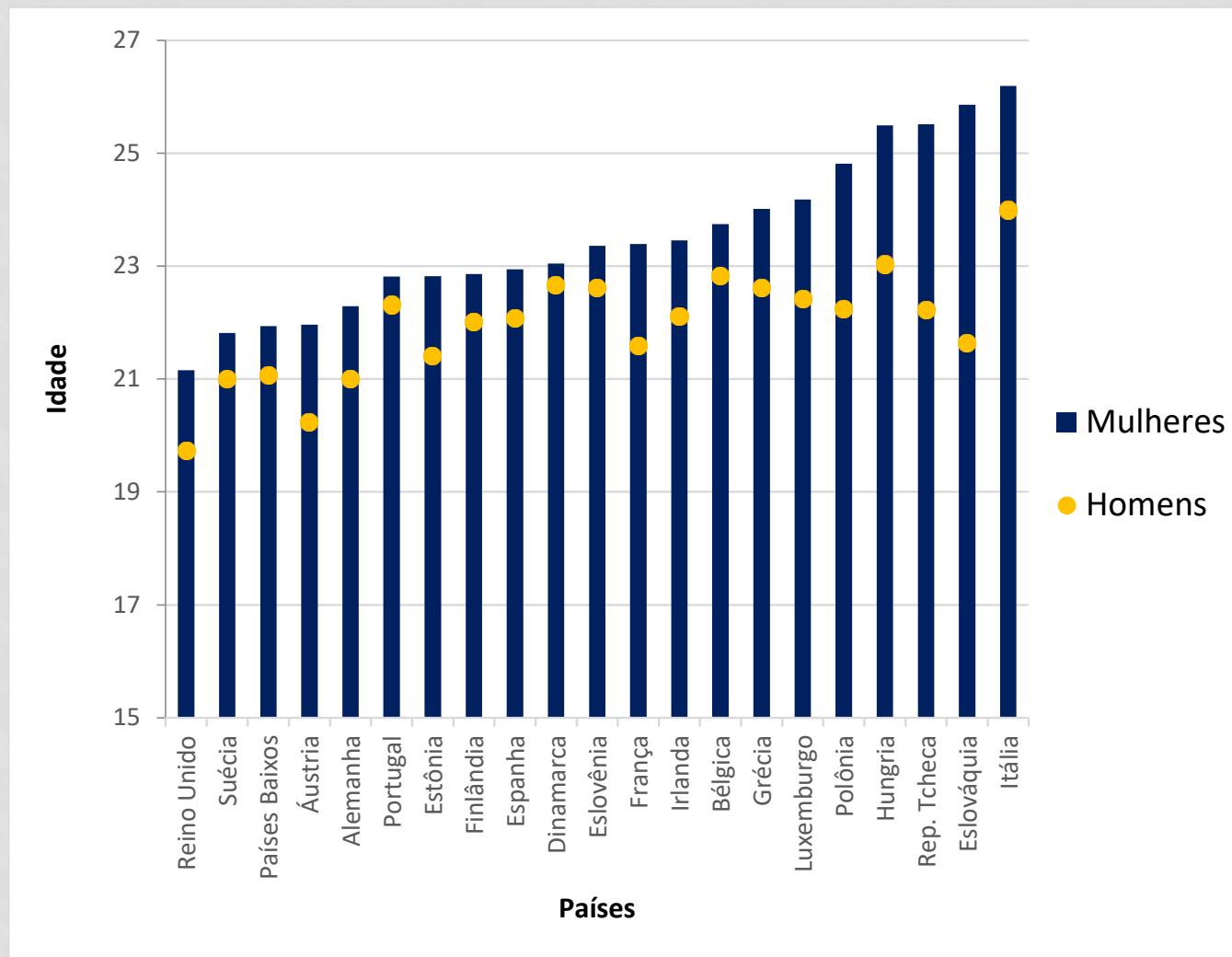
AS DESIGUALDADES BRASILEIRAS NA COMPARAÇÃO INTERNACIONAL.

- As desigualdades da renda e da riqueza
- As desigualdades do mercado de trabalho
- As desigualdades na expectativa de vida ao nascer
- As desigualdades na expectativa de sobrevida aos 65 anos
- As desigualdades na "expectativa de duração da aposentadoria"
- As desigualdades na "probabilidade de não atingir 65 anos de idade"
- As desigualdades na probabilidade de "vida sem saúde"
- As desigualdades na "expectativa de vida saudável"
- As desigualdades na saúde
- Aposentadoria precoce ou perda de capacidade laboral?
- As desigualdades na educação
- As desigualdades no Desenvolvimento Humano

**FIGURA 32 – ANOS DE ESTUDO
(PAÍSES SELECCIONADOS)
2013**



**FIGURA 14 – IDADE DE ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO
POR SEXO
(PAÍSES SELECIONADOS)
2013**



Fonte: OCDE – Pensions at a Glance (2015).

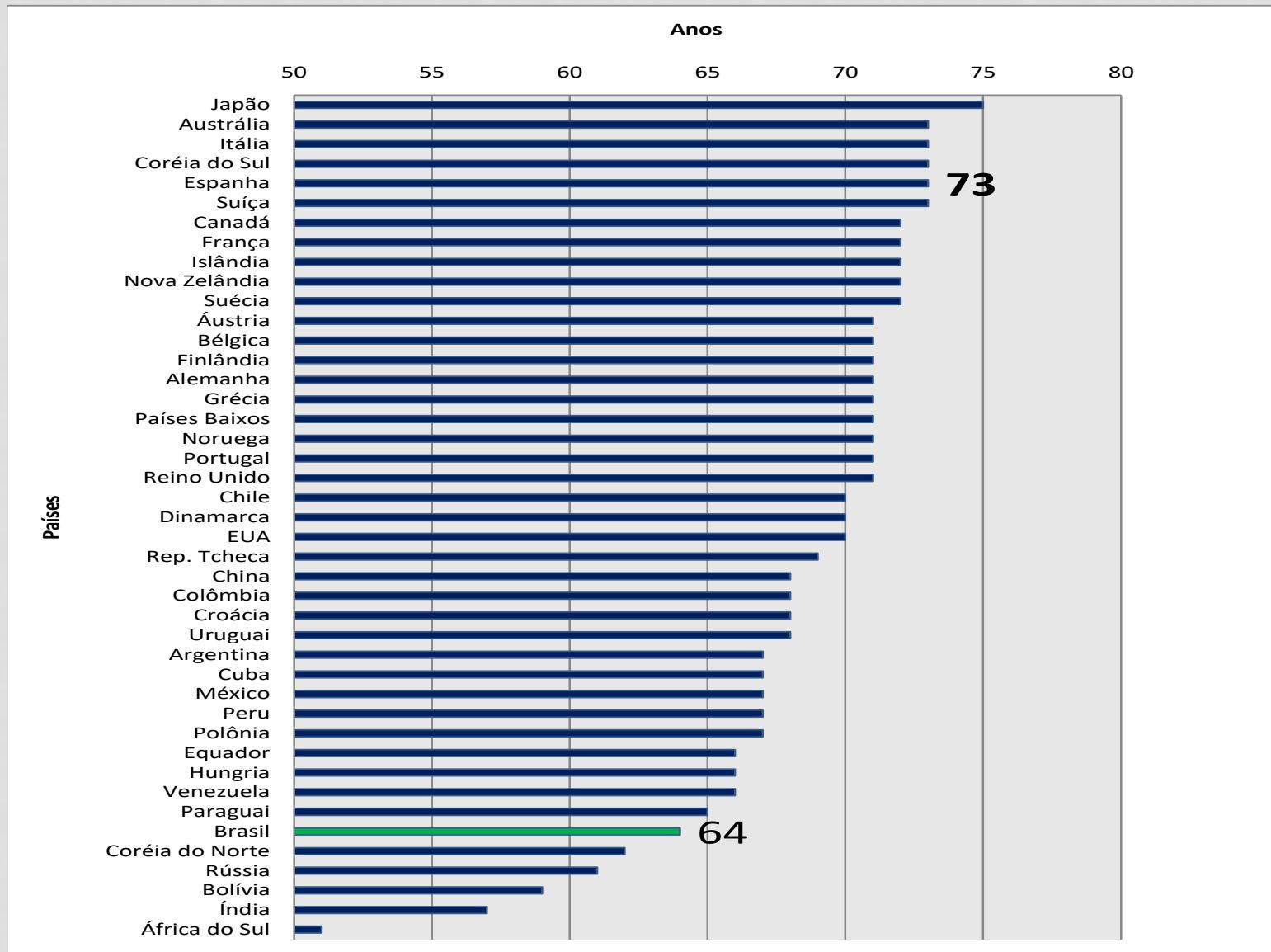
FIGURA 11- PROPORÇÃO DOS OCUPADOS POR FAIXA DE IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO (EM %) 2001⁽¹⁾, 2011 e 2014

FAIXA ETÁRIA	URBANO				RURAL			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2001	2014	2001	2014	2001	2014	2001	2014
Até 14 anos	61%	45%	46%	34%	90%	78%	84%	70%
15 a 17 anos	24%	31%	26%	30%	8%	16%	10%	17%
18 e 19 anos	10%	16%	14%	20%	1%	4%	3%	6%
20 anos ou mais	5%	7%	14%	16%	1%	2%	3%	6%

Fonte: IBGE/Pnad. Anos diversos.

(1) Em 2001, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**FIGURA 26 – EXPECTATIVA DE VIDA SAUDÁVEL (AMBOS OS SEXOS)
(BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS)
2012**



REGRAS EXCLUTENTES QUE FARÃO A TRANSIÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL PARA O ASSISTENCIALISMO

Aposentadoria por tempo de contribuição: transição curta e severa

- **HOJE** : Fator Previdenciário Móvel : 96 (Homens) e 86 (mulheres).
- **Em 2027:** 100/90
- **Proposta: 105 (homens) a partir de 2028 / 100 (mulheres) a partir de 2033**
- Os homens passam dos atuais 96 para 105 pontos (**acréscimo de 9 pontos em 10 anos**)
- As mulheres passam dos atuais 86 para 100 pontos (**acréscimo de 14 pontos em 14 anos**).

REGRAS EXCLUTENTES QUE FARÃO A TRANSIÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL PARA O ASSISTENCIALISMO

Restrições ao acesso da Aposentadoria Rural

Aposentadoria por invalidez de primeira e de segunda classe

Pensão por morte de segunda classe pode ser inferior ao salário mínimo

Restrição ao acúmulo de mais de uma aposentadoria e pensão.

Mais dificuldades para a aposentadoria das pessoas com deficiência

A garantia de renda mensal: “**previamente submetida à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, que comprove estar em condição de miserabilidade**”

Após a “avaliação biopsicossocial”, os benefícios serão concedidos desde que o segurado comprove:

- **35 anos de contribuição (“deficiência leve”);**
- **25 anos de contribuição (“deficiência moderada”)**
- **20 anos de contribuição (“deficiência grave”).**

REGRAS EXCLUTENTES QUE FARÃO A TRANSIÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL PARA O ASSISTENCIALISMO

- Mudança no conceito de “proteção à maternidade” para “salário-maternidade”
- PIS: endurecimento das regras do Abono Salarial
- FGTS dos aposentados que voltam a trabalhar

PONTOS QUE REBAIXAM O VALOR DOS BENEFÍCIOS

- FIM DO REAJUSTE DA APOSENTADORIA PELA INFLAÇÃO
- REBAIXAMENTO DO BPC (PISO SM PARA R\$ 400)
- CÁLCULO É FEITO SOBRE 80% DO TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES
- 60% DA MÉDIA ARITMÉTICA DO TOTAL DE CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA
- ATENÇÃO PARA A POSSIBILIDADE DE SE ACABAR COM O PISO DOS BENEFÍCIOS (LEI COMPLEMENTAR)

(2)

A transição da Seguridade Social para o Seguro Social

A “Nova Previdência” determina a criação de “sistema obrigatório de capitalização individual” para o RGPS e para o RPPS (União, Estados e Municípios).

Criação de “Fundo Solidário” para a garantia de piso básico

Aceno para a possibilidade da criação de um “fundo solidário”, para a “garantia de piso básico, não inferior ao salário-mínimo para benefícios que substituam o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho”. Pelos cálculos do governo, a capitalização individual não garantirá, sequer, o piso básico? Quem financiará esse fundo?

Qual o custo da transição?

Relatório da OIT

“Considerando que el 60 por ciento de los países que habían privatizado los sistemas públicos de pensiones obligatorias han revertido la privatización, y teniendo en cuenta la evidencia acumulada de impactos negativos sociales y económicos, se puede afirmar que el experimento de la privatización ha fracasado”

(OIT:2018) *La reversión de la privatización de las pensiones: Reconstruyendo los sistemas públicos de pensiones en los países de Europa Oriental y América Latina (2000-2018)*

Trecho do discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, 5/10/1988

“A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança”.
(...)

“A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria”.

MUITO OBRIGADO!